

**CARLA CARDOSO NUNES**

**A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM LUCIANO E O MOVIMENTO DE  
RESISTÊNCIA POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Tatiana Pires Barrella

Coorientadores: Fernanda M. C. de Andrade  
Márcio Gomes da Silva

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

N972e  
2024  
Nunes, Carla Cardoso, 1996-  
A Escola Família Agrícola Dom Luciano e o movimento de  
resistência político pedagógico na educação do campo / Carla  
Cardoso Nunes. – viçosa, MG, 2024.  
83 f.: il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Tatiana Pires Barrella.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Educação, 2024.

Referências bibliográficas: f.68-72.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.309>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Escolas rurais. 2. Educação do campo. 3. Educação  
popular. 4. Fechamento de escolas. I. Barrella, Tatiana Pires,  
1977-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação em  
Ciências e Matemática. III. Título.

CDD 22. ed. 370.91734

**CARLA CARDOSO NUNES**

**A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM LUCIANO E O MOVIMENTO DE  
RESISTÊNCIA POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa (UFV), como parte das exigências do Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática (MPECM), para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 11/03/2024

Assentimento:



Documento assinado digitalmente  
**CARLA CARDOSO NUNES**  
Data: 16/07/2024 14:16:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Carla Cardoso Nunes**

**Autora**



Documento assinado digitalmente  
**TATIANA PIRES BARRELLA**  
Data: 10/06/2024 10:43:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Tatiana Pires Barrella**

**Orientadora**

## AGRADECIMENTOS

Nenhuma vitória é possível sem que tenhamos passado por grandes desafios e aprendizados. Nesse sentido, quero aqui expressar minha imensa gratidão aos que sempre estiveram comigo me apoiando na realização deste sonho.

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, por sempre me abençoar e por ter me dado forças para chegar até aqui com saúde, fé, humildade e com o desejo de estar sempre aprendendo.

Aos meus heróis Carlos e Sônia, por me amarem e acreditarem na beleza dos meus sonhos. Por terem cuidado de mim, mesmo diante das dificuldades da vida, obrigada por ter me ensinado a valorizar as coisas simples, por terem me ensinado a amar e cuidar da terra!

Eternas gratidões aos meus irmãos Roberto, Glauciane e Alessandra, por me apoiarem nesta caminhada rumo a realização dos meus sonhos.

Ao meu companheiro José Gabriel, por segurar em minha mão nesta jornada, por cuidar de mim e me apoiar sempre. Aos meus filhos Francisco e Aurora, que me ensinaram que o amor tem cheiro, cor e um sorriso lindo. Agradeço aos meus pequenos raios de sol por iluminar todos os meus dias!

Agradeço também, às minhas avós Delzi e Regina (in memoriam), que sempre pediram a Deus para me guardar e iluminar. Agradeço à Irmã Maria Salina, por me acolher com carinho em sua casa e me dar abrigo no início de minha trajetória de formação.

À minha querida orientadora Tatiana, pelo apoio, pela paciência, dedicação e colaboração ao longo da realização deste sonho. Agradeço também aos meus coorientadores Fernanda e Márcio, pelas relevantes reflexões e contribuições.

Eternas gratidões aos movimentos populares do campo, que alimentam minha esperança e militância na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Às/aos companheiras/os da Escola Família Agrícola Dom Luciano pela participação ativa em nossa pesquisa, que o sonho de oportunizar a educação emancipatória aos povos do campo não termine por aqui.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,  
sem ela tampouco a sociedade muda”.*

Paulo Freire

## RESUMO

NUNES, Carla Cardoso, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2024. **A Escola Família Agrícola Dom Luciano e o movimento de resistência político pedagógico na Educação do Campo.** Orientadora: Tatiana Pires Barrella. Coorientadores: Fernanda Maria Coutinho de Andrade e Márcio Gomes da Silva.

A Escola Família Agrícola Dom Luciano (EFA Dom Luciano) é um espaço educativo fundamentado nas práticas pedagógicas da Educação do Campo, que proporciona às/aos jovens camponesas/es o Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia. Por meio da Pedagogia da Alternância, busca promover a formação integral da/o educanda/o, necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades no campo profissional, político e cultural, para que possa realizar bem o seu projeto de vida e contribuir com a melhoria do meio social em que vive, fortalecendo a Agricultura Familiar. Desde a sua fundação em 2012, a escola vem enfrentando diversos desafios pedagógicos, financeiros e organizativos, tais como a falta de recursos para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, a falta de compromisso de sua direção, o atraso no pagamento dos monitores e documentações pendentes na Superintendência Regional de Ensino. O agravamento de tais problemas/desafios fez com que a EFA Dom Luciano chegasse a uma situação difícil e complicada em 2021, correndo o risco de ter que finalizar suas atividades e fechar as portas. Diante de tal problemática, o presente trabalho buscou identificar a potencialidade do movimento político pedagógico promovido por educadoras/es do campo como processo de resistência ao risco de fechamento vivenciado pela escola. Trata-se de pesquisa participante qualitativa, desenvolvida com o protagonismo dos sujeitos que participam da dinâmica de funcionamento da escola. Foram realizadas Rodas de Conversa para o reconhecimento dos problemas enfrentados pela escola e para o planejamento e a avaliação coletiva dos mutirões voltados à sua revitalização. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com as/os educadoras/es do campo envolvidas/os nos processos, buscando identificar os princípios político-pedagógicos e as aspirações que orientaram as suas ações. Foi utilizado o Diário de Campo para o registro de memórias, percepções e informações pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa. Verifica-se com base na análise dos dados que as ações promovidas resultaram na partilha de saberes técnicos, populares, políticos e culturais entre os sujeitos envolvidos. Além disso, favoreceram a tomada de consciência quanto aos desafios enfrentados pelas escolas do campo, consolidaram a unidade entre as pessoas dispostas a cuidar da escola e possibilitaram conquistas importantes para o fortalecimento organizativo, estrutural, político e pedagógico da EFA Dom Luciano. Os mutirões consolidaram um relevante

movimento formativo de resistência política, que reafirmou na prática o potencial do trabalho socializado e do sujeito coletivo na luta pela Educação do Campo emancipatória. Como produto educacional, foi produzida uma revista temática e informativa sobre o processo de revitalização da EFA Dom Luciano, que apresenta as memórias dos momentos marcantes dos mutirões, além de imagens, poesias, métodos populares e concepções de educação e de sociedade que constituíram o nosso movimento de resistência coletiva. Acreditamos que o material produzido poderá auxiliar educadoras/es comprometidas/os com a educação emancipatória dos povos do campo.

**Palavras chaves:** Educação do Campo; Educação Popular; Fechamento de Escola.

## ABSTRACT

NUNES, Carla Cardoso, M.Sc., Federal University of Viçosa, March 2024. **The Escola Família Agrícola Dom Luciano and the political pedagogical resistance movement in Rural Education.** Advisor: Tatiana Pires Barrella. Co-advisors: Fernanda Maria Coutinho de Andrade and Márcio Gomes da Silva.

The Escola Família Agrícola Dom Luciano (EFA Dom Luciano) is an educational space based on the pedagogical practices of Rural Education, which provides young peasant women with secondary education integrated with the Technical Course in Agriculture with an emphasis on Agroecology. Through the Pedagogy of Alternation, it seeks to promote the integral training of the student, necessary for the development of their potential in the professional, political and cultural field, so that they can carry out their life project well and contribute to the improvement of the environment social environment in which he lives, strengthening Family Farming. Since its foundation in 2012, the school has been facing several pedagogical, financial and organizational challenges, such as the lack of resources for the development of its pedagogical activities, the lack of commitment from its management, the delay in paying monitors and pending documentation at the Regional Education Superintendency. The worsening of such problems/challenges meant that EFA Dom Luciano reached a difficult and complicated situation in 2021, running the risk of having to end its activities and close its doors. Faced with such a problem, the present work sought to identify the potential of the political pedagogical movement promoted by rural educators as a process of resistance to the risk of closure experienced by the school. This is qualitative participatory research, developed with the protagonism of the subjects who participate in the dynamics of the school's functioning. Conversation Rounds were held to recognize the problems faced by the school and for the planning and collective evaluation of joint efforts aimed at its revitalization. Semi-structured interviews were carried out with the rural educators involved in the processes, seeking to identify the political-pedagogical principles and aspirations that guided their actions. The Field Diary was used to record memories, perceptions and information pertinent to the development of the research. Based on data analysis, it can be seen that the actions promoted resulted in the sharing of technical, popular, political and cultural knowledge between the subjects involved. Furthermore, they promoted awareness of the challenges faced by rural schools, consolidated unity among people willing to take care of the school and enabled important achievements for the organizational, structural, political and pedagogical strengthening of EFA Dom Luciano. In short, the joint efforts consolidated a relevant formative movement of political resistance, which

reaffirmed in practice the potential of socialized work and the collective subject in the fight for emancipatory Rural Education. As an educational product, a thematic and informative magazine was produced about the revitalization process of EFA Dom Luciano, which presents memories of the remarkable moments of the joint efforts, as well as images, poetry, popular methods and conceptions of education and society that constituted our collective resistance movement. We believe that the material produced can help educators committed to the emancipatory education of rural people.

**Keywords:** Rural Education; Popular Education; School Closing;

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

AECOFABA - Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícola da Bahia

AEFAPI - Associação das Escolas Família Agrícola do Piauí

AGEFA - Associação Gaúcha Pró-Escolas Família Agrícola

AMEFA - Associação Mineira das Escolas Família Agrícola

AREFADL - Associação Regional Escola Família Agrícola Dom Luciano

CEFFA - Centros Familiares de Formação por Alternância

EFA - Escola Família Agrícola

EFADL - Escola Família Agrícola Dom Luciano

IBELGA - Instituto Belga

MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

TE - Tempo Escola

TC - Tempo Comunidade

UAEFAMA - União das Associações das Escolas Família Agrícola do Maranhão

REFAISA - Regional das Escolas Família Agrícola do Semi-árido

RAEFAP - Regional das Associações das Escolas Família Agrícola do Amapá

RACEFFAES - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação por Alternância

## SUMÁRIO

1 POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO!.....	11
2 METODOLOGIA.....	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO DE EMBASAMENTO DA PESQUISA.....	24
3.1 A Educação Rural e a Luta pela Educação do Campo.....	24
3.2 Escolas Famílias Agrícolas (EFA's).....	29
3.3 Concepções de mutirões.....	31
4 ORIGEM E ORGANICIDADE DA EFA DOM LUCIANO.....	33
5 PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS.....	37
6 A AMEAÇA DE FECHAMENTO SOFRIDA PELA ESCOLA E A CRIAÇÃO DO COLETIVO DE EDUCADORAS/ES DO CAMPO.....	44
7 MOVIMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE RESISTÊNCIA AO FECHAMENTO DA EFA DOM LUCIANO.....	46
7.1 Reconhecimento e discussão dos problemas/desafios vivenciados pela escola.....	47
7.2 Planejamento coletivo dos mutirões, estratégias e ações.....	50
7.3 Desenvolvimento das ações.....	52
7.4 Avaliação coletiva, celebração das conquistas e perspectivas futuras.....	61
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	73
APÊNDICE B - TCLE.....	74
APÊNDICE C - PRODUTO EDUCACIONAL.....	76

## 1. POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO!

*Eu quero uma escola do campo  
Que tenha a ver com a vida com a gente  
Querida e organizada  
E conduzida coletivamente.*

*Eu quero uma escola do campo  
Que não enxerga apenas equações  
Que tenha como chave mestra  
O trabalho e os mutirões.*

*Eu quero uma escola do campo  
Que não tenha cercas que não tenha muros  
Onde iremos aprender  
A sermos construtores do futuro. (bis).*

*Eu quero uma escola do campo  
Onde o saber não seja limitado  
Que a gente possa ver o todo  
E possa compreender os lados.*

*Eu quero uma escola do campo  
Onde esteja o símbolo da nossa semente  
Que seja como a nossa casa  
Que não seja como a casa alheia.*

*Eu quero uma escola do campo  
Que não tenha cercas que não tenha muros  
Onde iremos aprender  
A sermos construtores do futuro.*

Construtores do Futuro - Gilvan Santos

A Escola Família Agrícola Dom Luciano (EFA Dom Luciano) é um espaço educativo de ensino médio integrado ao curso técnico em agropecuária com ênfase em Agroecologia<sup>1</sup>, que por meio da Pedagogia da Alternância e de práticas pedagógicas da Educação do Campo, busca promover a formação integral da/o educanda/o, necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades no campo profissional, político e cultural, para que possa realizar bem o seu projeto de vida e contribuir com a melhoria do meio social em que vive, fortalecendo a Agricultura Familiar (Regimento Acadêmico EFA Dom Luciano, 2013).

<sup>1</sup> A agroecologia é matriz de produção que consolida uma agricultura de raiz ancestral, indígena e camponesa. Ao mesmo tempo é luta por justiça socioambiental e pela superação do capitalismo, responsável pela depredação da natureza e pelo adoecimento do ser humano. Se realiza como modo de vida, como movimento social e como cultura (CALDART, 2019).

Além disso, a escola visa capacitar a/o educanda/o para o exercício consciente da cidadania e a possibilidade no prosseguimento dos estudos, para que possa desenvolver com eficiência seu projeto profissional pautado na Agroecologia, além de contribuir com a melhoria do meio social em que vive. Sua missão pedagógica é possibilitar a formação da/o jovem do campo através do seu auto entendimento como sujeito de sua história e agente de mudanças no seu lugar.

A Pedagogia da Alternância praticada pela escola consiste em integrar as questões da realidade dos estudantes e de seus familiares ao processo educativo escolar, incentivando a elaboração de propostas concretas voltadas à valorização do trabalho, da cultura e dos modos de vida do campo. Nesse sentido, busca articular os saberes e fazeres da vida da/o educanda/o aos conhecimentos escolares, possibilitando a interação entre teoria e prática e a integração entre os conteúdos humanísticos, técnicos, políticos e culturais, visando à formação integral e contextualizada à realidade do campo (Nascimento, 2005).

No Brasil, a primeira experiência educativa baseada na Pedagogia da Alternância foi criada em 1969, no estado do Espírito Santo, recebendo o nome de Escola Família Agrícola (EFA). Posteriormente esta experiência se multiplicou e se expandiu para outros estados do país (Queiroz, 2007).

As EFA's têm como objetivo promover a formação integral das/os jovens do campo articulada à produção sustentável da vida, com finalidades formativas comprometidas com um novo projeto de campo fundamentado em princípios da Agroecologia. A partir das práticas pedagógicas da Educação do Campo, buscam contribuir para o desenvolvimento socioambiental sustentável das comunidades camponesas e evitar o êxodo da juventude para a zona urbana (Cerqueira e Santos, 2012).

A Educação do Campo caracteriza-se como projeto educativo emancipatório que vem sendo construído e consolidado a partir das lutas dos movimentos sociais<sup>2</sup> camponeses por políticas públicas, que nas palavras de Caldart (2002, p. 26), “devem garantir ao povo do campo o direito de ser educado em seu território por meio de uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura, à sua história, ao seu trabalho e às suas necessidades humanas e sociais”.

Para Fernandes e Molina (2004) enquanto a Educação do Campo vem sendo concebida pelos movimentos populares do campo, a educação ruralista é resultado de um projeto criado

---

<sup>2</sup> São organizações que emergem onde há direitos coletivos não garantidos, violados ou ameaçados. Nesse sentido, “enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos” (Gohn, 1997, p. 19-20).

pela classe dominante - com apoio do estado - desconsiderando o protagonismo dos camponeses, de modo que tais projetos educativos distintos representam interesses político-pedagógicos diferentes. A educação rural tem como referência o produtivismo, que se baseia na disseminação da ideia de campo apenas como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida (Fernandes e Molina, 2004).

Já a Educação do Campo busca romper com o paradigma da educação rural, concebendo o campo como território de vida e resistência, onde o povo camponês trabalha para viver condignamente e luta por políticas públicas que garantam a sua soberania. A Educação do Campo se confronta com a “Educação Rural”, mas não se configura como uma “Educação Rural Alternativa”: não visa a uma ação em paralelo, mas sim à disputa de projetos, no terreno vivo das contradições em que essa disputa ocorre. Uma disputa que é de projeto educativo e também de projeto societário (Caldart et al., 2012).

No entanto, para Bonamigo (2014), embora as lutas sociais pela Educação do Campo tenham resultado na criação de programas específicos para atender as demandas educativas das/os camponeses, como o conjunto de resoluções e diretrizes específicas para consolidar as suas propostas pedagógicas e promover a formação de professores para atuarem na educação do campo, em razão da falta de investimentos por parte do estado nas comunidades do campo, e das precárias condições de infraestrutura, nos últimos anos milhares de escolas rurais foram fechadas em nosso país.

Diante desse contexto, o interesse da pesquisadora pelo tema aqui investigado emerge de sua história de vida e de sua trajetória como educadora comprometida com a educação emancipatória dos povos do campo. Nos anos iniciais da educação básica estudei em uma escola rural em minha comunidade, cujo ensino desvalorizava o nosso território e não dialogava com a nossa realidade. Inúmeras vezes eu escutava os professores falarem que deveríamos estudar para sair do campo, ou para não nos tornarmos igual o “fulano” ou o “sicrano” que trabalhavam na roça.

Após a conclusão desta etapa, meu acesso à educação foi dificultado, pois não era ofertado o Ensino Fundamental II em nossa comunidade. Para continuar estudando, passei então a ter que me deslocar cerca de trinta quilômetros todos os dias até o distrito de Vila Paulista, município de Barra de São Francisco - ES, onde passei a frequentar uma escola de arquétipo urbano cuja maioria dos estudantes vinham de comunidades do campo.

Recordo-me das dificuldades que tínhamos que enfrentar até chegarmos à escola, que faziam com que alguns estudantes acabassem desistindo de estudar. Lembro-me da rotina de acordar muito cedo para conseguir embarcar no ônibus que não passava perto da minha casa.

Ao chegar à escola, muitas vezes éramos taxados de atrasados, roceiros, sujos, e o pior, isso era visto por muitos como “normal”. Embora o período chuvoso para a agricultura no campo fosse uma esperança, para chegarmos à escola era um desafio. O barro e a lama nas estradas dificultavam a passagem do ônibus; e esse período quase sempre coincidia com o fechamento de bimestre, o que nos prejudicava com relação a perda de atividades avaliativas.

O período da colheita também era desafiante para nós, ao chegarmos da escola íamos para a lavoura de café para ajudar os nossos pais; com isso, quase não sobrava tempo para as tarefas escolares. Diante de tantas barreiras, muitos colegas desistiram dos estudos no caminho, outros mudaram para a cidade a fim de facilitar o acesso à escola e de buscar a ascensão social, contribuindo assim para o êxodo rural.

Desde aquela época, eu já me sentia incomodada com essa situação, no entanto, apenas anos mais tarde compreendi que para o agronegócio - implantado em nosso país pela classe dominante com apoio do estado - que busca reduzir o campo a um local inerte de produção de mercadorias (sem vida), “não é interessante” permitir o desenvolvimento de uma educação que ensine o povo a pensar; que tenha como centro a formação de sujeitos emancipados de consciência, capazes de intervir de forma crítica nos desafios socioambientais vivenciados em nosso campo.

Tal leitura crítica da realidade em que vivo emerge da minha trajetória de formação acadêmica no ensino superior, que considero uma inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa. Foi por meio do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que me emancipei de consciência e passei a compreender de forma crítica as inúmeras contradições das práticas educativas promovidas pela educação rural. Percebi a grande necessidade de consolidarmos novas experiências formativas comprometidas com a qualidade de vida do povo do campo, que rompam com o modelo hegemônico de educação para o capital tendo como horizonte uma nova ordem social.

Considero minha trajetória profissional como Educadora do Campo a motivação central para o desenvolvimento deste trabalho, por ter possibilitado que eu vivenciasse diversas experiências educativas vinculadas às lutas dos movimentos sociais do campo por melhores condições de vida para as/os camponesas/es. Foi nessa trajetória que conheci a Escola Família Agrícola do Dom Luciano (EFA Dom Luciano) e o seu projeto de educação integral e emancipatória, que se tornou o campo de desenvolvimento da nossa pesquisa participante. Por meio da minha experiência como monitora interna na escola eu pude verificar que ela cumpre um importante papel social promovendo a formação de jovens conscientes para trabalharem e cultivarem bem a terra com concepção agroecológica.

Em virtude do exposto, reafirmo que a minha trajetória de formação, de trabalho, de militância e de vida se consolidou como base empírica para a construção das questões teóricas de pesquisa que aqui apresentaremos. Da mesma forma, pressupomos que as discussões teóricas produzidas a partir do nosso estudo poderão contribuir para adensar a elaboração conceitual que historicamente vem sendo construída pelo movimento da Educação do Campo no Brasil.

Diante do atual contexto em que a vida do campo vem sendo extinta por um modelo econômico que busca transformá-lo em local de produção de mercadorias, existem atualmente pouquíssimas políticas públicas voltadas para as escolas localizadas nas comunidades camponesas, além de constantemente sofrerem ataques - inclusive partindo do poder público - que possuem o objetivo de fragilizá-las.

De acordo com Fortini (2021), o nosso país tem oferecido poucas ou nenhuma condições aos jovens ao longo de sua história, e em especial aos jovens do campo. Faltam políticas públicas e projetos que favoreçam a permanência das/os jovens no campo. Analisando os dados dos censos de 2000 e 2010, verifica-se que o êxodo rural atingiu cerca de 835 mil jovens no Brasil, estando ligado diretamente a falta de projetos de incentivos, políticas públicas, renda e lazer no campo. As comparações entre os censos de 2017 e de 2006 mostram um aumento do percentual de estabelecimentos de agricultores familiares administrados por indivíduos com mais de 55 anos e uma queda no número de estabelecimentos administrados por pessoas com menos de 45 anos. (Censo 2000 e 2010).

Tal situação evidencia o que está acontecendo no campo em nosso país, em que se observa a redução do percentual de jovens e o envelhecimento da população rural. Diante disso, observa-se que há ainda grandes desafios para o fortalecimento da agricultura familiar, visto que é necessário ampliar as políticas já existentes que buscam estimular o planejamento da sucessão familiar e a permanência das/os jovens nas comunidades do campo. Faz-se necessário, ainda, apoiar as/os agricultoras/es e produtoras/es mais velhas/os, dando-lhes boas condições para que mantenham as atividades agropecuárias e tenham qualidade de vida no campo (Fortini, 2021).

Segundo Oliveira (2018), o processo de nucleação<sup>3</sup> das escolas no campo aliado ao projeto de municipalização<sup>4</sup> do ensino e à falta de políticas públicas destinadas à população camponesa, resultou no fechamento de milhares de escolas no campo nas últimas décadas em nosso país. De acordo com dados do INEP (2021), entre as duas últimas décadas (1997 a 2018), foram fechadas mais de 80 mil escolas localizadas na zona rural em nosso país. Só entre os anos de 2018 e 2021, foram fechadas mais de 4 mil escolas do campo no território brasileiro, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 01 - Dados sobre escolas fechadas no Brasil entre 2018 e 2021.

<b>Região</b>	<b>2018</b>	<b>2021</b>	<b>Escolas fechadas</b>
Norte	13.879	13.474	405
Nordeste	30.842	27.959	2.883
Sudeste	6.857	6.429	428
Sul	4.407	4.140	267
Centro - Oeste	1.624	1.555	69
<b>Total</b>	<b>57.609</b>	<b>53.557</b>	<b>4.052</b>

Fonte: INEP, 2021.

Ademais, esse processo deixou as poucas escolas que ainda existem no campo fragilizadas e lutando para sobreviver, em meio a constantes ataques. Inserida em um cenário ainda mais complexo por se tratar de uma escola de caráter comunitário que não recebe do Estado os recursos suficientes para custear integralmente suas atividades, desde a sua fundação em 2014, a EFA Dom Luciano vem enfrentando diversos desafios pedagógicos, estruturais, organizativos e políticos para se manter em funcionamento.

Durante a minha atuação como monitora na escola, pude presenciar alguns desses desafios, tais como: a falta de compromisso da direção, a falta de apoio por parte do poder público e de recursos financeiros para a manutenção de suas instalações, os atrasos no pagamento das/os monitoras/es, a falta de monitoras/es fixos, a falta de materiais pedagógicos, a falta de formação necessária aos monitores para atuarem na Educação do Campo, além de documentações pendentes na Superintendência Regional de Ensino.

<sup>3</sup> Trata-se do fechamento ‘temporário’ da escola por um período de 5 anos. Consequentemente, o fechamento definitivo. Na primeira fase do ensino fundamental, as escolas localizadas na zona rural que contém poucos estudantes e encontram-se isoladas e com infraestrutura precária são realocadas para uma escola mais próxima e que tenha melhores condições. Na segunda fase do ensino fundamental/ensino médio, o processo é semelhante. Os estudantes são deslocados para as escolas urbanas (OLIVEIRA, 2018).

<sup>4</sup> A municipalização do ensino é o processo por meio do qual a responsabilidade pelo ensino fundamental deixa de ser do estado e passa a ser das escolas das redes municipais.

Como se não bastasse, no final do ano de 2019 começamos a vivenciar um período atípico, histórico e desafiador, com a pandemia da Covid- 19<sup>5</sup>, que até o momento resultou na morte de mais de 700 mil pessoas no Brasil - de acordo com o Ministério da Saúde - e afetou diretamente o modelo de escola que estávamos habituados a frequentar, agravando ainda mais os problemas educacionais enfrentados em nosso país.

Em virtude da Pandemia houve uma brusca mudança no contexto e no cotidiano escolar; o ensino passou a ser remoto<sup>6</sup> e muitos jovens tiveram a sua aprendizagem afetada, principalmente os estudantes de escolas localizadas no campo que são historicamente marcadas pela carência de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e de comunicação (Feliciano e Kaczanc, 2021).

O agravamento de tais problemas/desafios fez com que a EFA Dom Luciano chegasse a uma situação difícil e complicada, correndo o risco de fechar as portas. Em maio de 2021, em meio ao caos da pandemia, a EFA Dom Luciano recebeu um ofício da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Conselheiro Lafaiete - MG informando que as suas atividades escolares seriam interrompidas por pendências documentais.

Por meio de muito diálogo, com o apoio da AMEFA<sup>7</sup>, representantes da escola conseguiram um prazo de trinta dias para tentarem resolver a situação. A orientação central vinda da SRE juntamente com a deliberação do prazo foi que a escola nomeasse imediatamente uma nova gestão para regularizar a documentação que constava pendente, considerando que a direção que ocupava o cargo até então não estaria cumprindo com as suas atribuições. Quanto à possibilidade de abertura de novas turmas na escola, a determinação por parte da SRE foi que não seria autorizada enquanto houvesse pendências documentais a serem resolvidas (EFA Dom Luciano, 2022).

Nesse contexto, havia um grupo de WhatsApp chamado ‘Educadoras/es em luta’, do qual participavam educadoras e educadores do campo egressos da escola, dispostas/os a manterem o contato, a unidade e o vínculo com a luta pela educação emancipatória dos povos do campo. Considerando o grupo uma possibilidade de apoio para a escola diante dos desafios

---

<sup>5</sup> Doença infecciosa causada pelo coronavírus recém-descoberto, que já dizimou mais de 700 mil vidas no Brasil até janeiro de 2024 (Dados oficiais disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em 07/01/24).

<sup>6</sup> Período letivo em que os estudantes realizam as tarefas escolares em casa mediadas pelo professor, através de tecnologias digitais, de informação e de comunicação. Na maioria das cidades do Brasil ocorreu entre o início do ano de 2020 e o final de 2021.

<sup>7</sup> A Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA) é uma organização social de natureza educativa, sem fins lucrativos, que tem como missão contribuir para que as EFA's desenvolvam a formação emancipatória e integral dos sujeitos do campo, por meio da Pedagogia da Alternância e dos princípios da Agroecologia.

apresentados, os membros de sua nova gestão realizaram com seus integrantes uma conversa por vídeo chamada, onde relataram o problema grave enfrentado pela escola.

Após o relato, dispostas/os a colocar a “mão na massa” para impedir o fechamento da escola, as/os integrantes do grupo decidem iniciar um movimento de ação e reflexão em prol da sua reestruturação criando um coletivo de educadoras/es do campo denominado ‘Amigas/os da EFA Dom Luciano’. Foram estabelecidos como objetivos centrais do coletivo, a promoção de mutirões e a elaboração de estratégias para a reestruturação da escola, como forma de resistir ao risco de seu fechamento tendo como base os princípios da Educação do Campo.

A partir da minha atuação como pesquisadora militante<sup>8</sup> e educadora do campo neste coletivo de ação em defesa da EFA Dom Luciano, a problemática que emergiu de modo a orientar a nossa pesquisa foi compreender de que forma o movimento político pedagógico promovido pelo grupo poderia contribuir com a escola enquanto processo de resistência ao seu fechamento. Qual é a potencialidade do trabalho como princípio educativo na Educação do Campo? Como os mutirões e as demais ações promovidas podem contribuir com o fortalecimento pedagógico, estrutural e organizativo da EFA Dom Luciano frente à ameaça de seu fechamento?

## **2. METODOLOGIA**

O presente capítulo apresenta os fundamentos teórico-metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, bem como a descrição dos métodos e processos que constituem a metodologia utilizada para o alcance dos seus objetivos.

A pesquisa teve como unidade de análise a Escola Família Agrícola Dom Luciano (EFADL), localizada na comunidade Boa Vista, zona rural do município de Catas Altas da Noruega - MG. Foi desenvolvida com a participação ativa do coletivo de educadoras/es do campo “Amigas/os da EFA Dom Luciano”, criado em 2021 com o objetivo de pensar e promover ações voltadas ao fortalecimento estrutural e organizativo da escola.

Além das/os integrantes deste coletivo, participaram ativamente da pesquisa os diversos sujeitos que vivenciam a dinâmica de funcionamento da escola: monitoras/es, secretário,

---

<sup>8</sup> Alguém que se sente parte de um coletivo oprimido, explorado ou injustiçado de alguma forma e se organiza com pessoas com afinidade ideológica para lutarem pela conquista de direitos e de poder popular (Politize, 2022).

supervisora, diretor e representantes da sua entidade gestora, a Associação Regional Escola Família Agrícola Dom Luciano (AREFADL).

Quantos aos processos e procedimentos metodológicos que envolveram o desenvolvimento do nosso trabalho, podemos classificá-lo como pesquisa qualitativa participante. Na abordagem qualitativa não se prioriza a quantificação numérica dos dados, mas sim a compreensão profunda do fenômeno social a partir da problematização da realidade concreta em que este está inserido (Goldenberg, 1997).

De acordo com Brandão (2006), a pesquisa participante surge no âmbito de atuação dos movimentos sociais, se difundindo como um relevante instrumento de investigação coletiva na promoção de experiências de Educação Popular. Caracteriza-se como participante porque busca oportunizar o diálogo horizontal e priorizar o protagonismo coletivo em seus processos de produção e análise dos dados.

A pesquisa participante foi pensada e consolidada a partir dos ideais de Paulo Freire e Fals - Borda, constituindo outra maneira de produzir conhecimento; por meio da investigação coletiva e emancipatória (fundamentada na Educação Popular), que valoriza os saberes do povo e incorpora as percepções e perspectivas dos sujeitos envolvidos no processo (Brandão, 2006).

Segundo Fals - Borda (1987) a cultura e o saber popular constituem uma ciência própria, nesse sentido é de extrema importância levarmos em consideração o conhecimento histórico e cultural dos sujeitos envolvidos nos processos da pesquisa. Para Brandão (2006), a pesquisa participante é também uma pesquisa militante, pois se constitui como um momento de trabalho interativo, pedagógico e político, como uma verdadeira ação de Educação Popular, pautada nas concepções freirianas emancipatórias e no protagonismo do sujeito coletivo.

Em relação aos métodos e instrumentos de coleta e produção dos dados, buscando alcançar os objetivos da pesquisa participante, realizamos Rodas de Conversa, estudo bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com as/os integrantes do coletivo de educadoras/es do campo “Amigos da EFA Dom Luciano”. Foi utilizado ainda o Diário de Campo para o registro de memórias e informações pertinentes ao desenvolvimento do trabalho.

Na pesquisa participante, a Roda de Conversa constitui-se como método popular de produção de dados que se fundamenta no diálogo horizontal e na troca de saberes entre os sujeitos, possibilitando o aprofundamento e o encaminhamento de questões de interesse coletivo. Trata-se de instrumento com relevante potencial de investigação e de formação, por oportunizar a problematização da realidade e a construção coletiva de novos conhecimentos (Moura e Lima, 2014).

Em nosso trabalho, foram realizadas três Rodas de Conversa. As duas primeiras foram feitas de forma virtual por meio da plataforma Google Meet - em razão do contexto de pandemia da Covid 19 - e a terceira de forma presencial em espaço aberto, com distanciamento, uso de álcool e máscaras de proteção. As conversas foram mediadas pela pesquisadora e contaram com a participação ativa da equipe de gestão da escola (secretário, supervisora e diretor) e de membros da sua entidade gestora, a Associação Regional Escola Família Agrícola Dom Luciano (AREFADL). Estiveram presentes ainda, integrantes do coletivo de educadores do campo “Amigos da EFA Dom Luciano” e da comunidade Boa Vista onde a escola está situada.

A primeira Roda de Conversa teve a finalidade de promover o protagonismo dos sujeitos da EFA Dom Luciano no reconhecimento das possíveis causas e desafios que resultaram no risco de seu fechamento. Na segunda conversa, a partir dos problemas e desafios reconhecidos, foram planejados os mutirões e traçadas estratégias de caráter organizativo, estrutural e pedagógico para a revitalização do espaço. Na terceira Roda de Conversa, avaliamos e celebramos coletivamente as conquistas e aprendizagens que emergiram do movimento político pedagógico de resistência ao risco de fechamento vivenciado pela escola.

O estudo bibliográfico consiste na leitura e análise de obras publicadas relacionadas ao tema pesquisado, tais como: livros, dissertações, teses e artigos acadêmicos (Gerhardt e Silveira, 2009). Em nosso trabalho, este estudo se deu a partir da leitura de textos e obras de intelectuais orgânicos e teóricos progressistas como Caldart, Freire, Arroyo, Molina, dentre outras/os; que nos permitiram compreender os princípios teóricos e práticos da Educação do Campo, bem como o contexto social, político e educacional em que a EFA Dom Luciano está inserida.

A pesquisa documental é realizada a fim de interpretar, compreender ou comparar fatos sociais, a partir de documentos oficiais como Atas de reuniões, folders, fotografias, relatórios, dentre outros (Gerhardt e Silveira, 2009). Em nosso trabalho, foi realizada a partir do levantamento e estudo dos documentos que orientam e regulamentam o trabalho pedagógico da EFA Dom Luciano, tais como o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, Atas de reuniões e relatórios da Associação. Buscamos com a pesquisa documental compreender o processo de origem/implantação da escola, bem como analisar seus instrumentos e processos educativos. Buscamos ainda, identificar suas potencialidades e os desafios organizativos e pedagógicos que marcaram sua trajetória de formação.

Foram levantados todos os documentos oficiais encontrados na escola, desde a sua fundação em 2014 até 2022. Vale destacar, que muitos documentos se perderam ao longo de sua trajetória de formação; além disso, muitas reuniões foram realizadas sem serem registradas em Ata. Após o levantamento dos documentos, foram selecionados para análise os que

respondiam às questões de pesquisa e atendiam aos seus objetivos, conforme verifica-se no Quadro 02.

Quadro 02 - Documentos levantados e analisados na pesquisa documental.

DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS	
	LEVANTADOS	ANALISADOS
Atas de reuniões pedagógicas	13	8
Atas de reuniões da Associação AREFADL	4	4
Regimento Escolar	1	1
Carta aberta à comunidade com parecer	1	1
Atas do conselho de classe	2	2
Atas de confraternização	2	2
Atas de avaliação/planejamento de sessão	8	4
Ofícios	6	3
Projeto Político Pedagógico	1	1
Parecer informativo emitido pela AMEFA	1	1
Advertências aos estudantes	10	3
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>30</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A entrevista semiestruturada caracteriza-se como instrumento de constituição de dados em que as perguntas são respondidas pelas/os entrevistadas/os de maneira autônoma e informal. Neste tipo de entrevista, a pesquisadora organiza o roteiro com perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, mas permite e incentiva que as/os entrevistadas/os falem livremente sobre os assuntos que vão surgindo a partir da temática central (Gerhardt e Silveira, 2009). Em nossa pesquisa foram entrevistados os seis integrantes do coletivo de educadoras/es do campo “Amigas/os da EFA Dom Luciano”, que participaram ativamente dos mutirões e das demais ações de reestruturação da escola. Foi adotado o roteiro de perguntas que consta no Apêndice A.

Por meio das entrevistas, foi possível compreender o processo de origem do grupo, identificar as concepções de educação, de campo e de sociedade que orientaram suas ações, bem como reconhecer suas aspirações e perspectivas futuras rumo ao fortalecimento da EFA Dom Luciano e à emancipação dos povos do campo. As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2022, como mostra o Quadro 03. Os entrevistados foram codificados por letra visando resguardar a privacidade dos mesmos.

Quadro 03 - Informações sobre as entrevistas.

Entrevistadas/os	Tempo de entrevista (minutos/segundos)	Datas das entrevistas
Participante A	37:46	12/07/2022
Participante B	40:55	18/07/2022

Participante C	39:12	19/07/2022
Participante D	35:43	20/07/2022
Participante E	42: 04	22/07/2022
Participante F	30:26	23/07/2022

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

O Diário de Campo caracteriza-se como ferramenta de registro pessoal de percepções, observações e comentários, muito utilizada como técnica de constituição de dados em pesquisas qualitativas. Consiste em um caderno simples, onde são anotadas informações relevantes sobre o fenômeno pesquisado. Por meio dele é possível perceber sentimentos, percepções e aspirações coletivas relacionadas às questões da pesquisa participante. Estimula o hábito de escrever e observar com atenção os acontecimentos, podendo assim descrevê-los com precisão e posteriormente possibilitar a reflexão sobre os dados (Gerhardt e Silveira, 2009).

Com o Diário de Campo, foi possível registrar informações relevantes e memórias que emergiram do movimento de reestruturação da EFA Dom Luciano, evidenciando, inclusive, observações da pesquisadora que não foram contempladas nas falas dos sujeitos envolvidos no processo. Foram registrados os gestos, as emoções, os sonhos coletivos e as expressões das companheiras e companheiros de luta pela Educação do Campo, que surgiam nas místicas, no trabalho socializado, nas partilhas de alimentos e nas trocas de saberes ao longo dos encontros realizados em prol do fortalecimento da escola.

A coleta de dados foi iniciada após aprovação e normatização da pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP-UFV). Após avaliação e autorização a pesquisa foi registrada sob o número CAAE (56933922.5.0000.5153). Destaca-se ainda que todas/os as/os participantes dos processos coletivos de constituição dos dados assinaram o TCLE, conforme Apêndice B.

Para a análise dos dados da pesquisa, utilizou-se como metodologia a ‘análise de conteúdo’ de Bardin. Trata-se de um conjunto de técnicas que podem ser aplicadas a diversas análises das comunicações e de pesquisas qualitativas no âmbito educacional. Tais procedimentos buscam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção da mensagem (Bardin, 2011). A análise de conteúdo ocorre mediante três etapas fundamentais (fases analíticas), conforme apresentado na figura 01.

Figura 01 - Organicidade da ‘análise de conteúdo’ desenvolvida na pesquisa.



Fonte: Bardin, 2011.

Na etapa de pré-análise, foram realizadas as transcrições das entrevistas e a organização inicial dos dados coletados e produzidos ao longo da pesquisa. Foi realizada pela pesquisadora, a leitura flutuante dos documentos da escola e das informações registradas em seu Diário de Campo que descreveram o processo de desenvolvimento das Rodas de Conversa e dos mutirões. A partir da leitura geral dos dados, foram selecionados documentos, verbalizações e unidades de contexto a serem exploradas, tratadas e interpretadas.

Na segunda etapa analítica foi realizada a exploração do material selecionado. Nesta fase, realizou-se a leitura aprofundada e sistêmica dos documentos e informações, bem como o reconhecimento das categorias de análise, que devem surgir a partir das questões ou hipóteses da pesquisa. Para Bardin (2011), os temas que se repetem com mais frequência devem ser recortados do texto, constituindo unidades comparáveis de categorização para análise temática. As categorias devem estar direcionadas as intenções da pesquisadora e aos objetivos da pesquisa.

Na última etapa da análise foi realizado o tratamento dos resultados, que envolveu as inferências e interpretações da pesquisadora. Nesta fase, foi feita a relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica de embasamento da pesquisa, dando sentido a interpretação.

Como produto educacional, foi produzida a partir dos resultados da pesquisa, uma revista temática e informativa sobre o processo de revitalização da EFA Dom Luciano, na qual registramos as memórias, fotografias, poesias, métodos populares e concepções de educação que constituíram as etapas importantes do nosso trabalho de resistência coletiva. A revista apresenta ainda os sonhos e as aspirações das educadoras e educadores do campo rumo a construção de um novo projeto de educação, de campo e de sociedade.

Nosso objetivo com a criação da revista foi registrar e disseminar os princípios da Educação do Campo e as informações importantes produzidas ao longo da nossa pesquisa. Acreditamos que o material poderá auxiliar educadoras e educadores em suas práticas de ensino, por apresentar propostas de metodologias participativas e práticas pedagógicas baseadas na Educação Popular. Nesse sentido, o material poderá contribuir para além das fronteiras da EFA Dom Luciano, sendo ferramenta de apoio e inspiração para educadoras/es dispostas/os a se comprometer com a luta pela Educação do Campo emancipatória.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO DE EMBASAMENTO DA PESQUISA**

#### **3.1 A Educação Rural e a luta pela Educação do Campo**

Sabemos que desde a invasão dos europeus ao território que hoje é chamado de Brasil há grande disputa de poderes em nosso país. Inicialmente com a forçada colonização dos índios pelos portugueses, depois com a escravidão e o coronelismo. A história nos mostra que desde aquele tempo os povos do campo já sofriam pela violação de seus direitos humanos. Os trabalhadores do campo foram incorporados como sujeitos de direito apenas em 1964, com a criação do estatuto do trabalhador rural. Os direitos quilombolas, só foram reconhecidos em 2003 (Ribeiro, 2012).

A educação rural no Brasil tem origem no início da fase republicana, quando em 1889 foi criada uma Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria afim de atender prioritariamente aos jovens do campo. O projeto durou apenas 5 anos, durante os governos de Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, sendo reintegrado apenas em 1909 como política pública de instituição de ensino para agrônomos (Costa, 2018).

Por volta de 1910, a economia brasileira passou por um processo de industrialização, nesse período a terra era (e ainda é) concentração de poucos, dominada apenas por alguns coronéis, já os pequenos agricultores possuíam apenas o essencial para a sobrevivência, o que os deixavam desmotivados, e a procura de “progresso na cidade”. Com o processo de industrialização começa a surgir inúmeras vagas de emprego nas indústrias das cidades, contribuindo, assim, com o êxodo rural (Ribeiro, 2012).

Com a revolução de 1930, começa uma nova fase da política no Brasil, decidiram pôr fim ao sistema oligárquico imposto até o momento. No entanto, na Era Vargas era ainda mais visível a desigualdade entre rural e urbano, onde o campo era visto como um lugar de atraso e a cidade de progresso. Nesse período surge a tese do ruralismo pedagógico, que defendia a

fixação do homem no campo, através de uma falsa ilusão de progresso, ensinando o camponês ‘ignorante’ a se tornar produtivo, em outras palavras, um pequeno capitalista no meio rural (Ribeiro, 2012).

A intenção era fixar o homem no campo e preparar mão de obra barata para as grandes indústrias, assim, o governo Vargas começa a investir na educação para essa finalidade, com a criação ainda em 1930, do Ministério da Educação. Na Constituição de 34, podemos perceber claramente que a prioridade do governo era o ensino profissionalizante, a fim de suprir as necessidades industriais. No artigo 156, está escrito que os municípios não poderiam investir menos de 10%, a União 20%, para a manutenção dos sistemas educativos, voltados as instituições que atendiam os sujeitos do campo (Costa, 2018).

Com o processo de industrialização e a modernização da agricultura a distinção entre rural e urbano passa a ser menos nítida, podendo até ser confundida. O campo e a cidade passam a ter uma grande relação que se sustentava a partir da intensificação das atividades e relações de produções capitalistas (Costa, 2018).

A modernização da agricultura no Brasil (Revolução Verde) causou e continua causando uma série de impactos ambientais, sociais e culturais em nosso campo, atualmente em um modelo de desenvolvimento conhecido como agronegócio, que transforma o campo em lugar de produção de mercadorias e de lucro, colocando em risco a vida e a agrobiodiversidade (Aguiar, 1986).

Observa-se que este processo de modernização da agricultura utilizou a Educação Rural como instrumento para fortalecer a divulgação e a utilização das suas tecnologias, a fim de aumentar a produtividade e o lucro. Nesse sentido, servia para incentivar o uso de maquinários agrícolas e sementes geneticamente modificadas, além de induzir a prática da monocultura e o uso de agrotóxicos na produção. Considera-se que este processo modificou drasticamente as formas de os camponeses se relacionarem com os bens naturais, colocando em risco as condições de vida no campo. Diante disso, consideramos de suma importância consolidarmos formas justas e autossustentáveis de se produzir e de se relacionar com a natureza da qual fazemos parte como seres humanos (Lopes, 2019).

A história nos mostra que o modelo de desenvolvimento implantado no campo em nosso país sempre favoreceu a uma classe dominante, “que ainda considera o povo do campo como submisso e não digno de ter uma educação de qualidade”. Portanto, a educação rural oferecida pelas elites agrárias aos sujeitos do campo já buscava desenvolver o que hoje conhecemos como agronegócio, promovendo a desvalorização da vida e da cultura camponesa. Nas escolas rurais

os jovens aprendiam a ver o campo como lugar de atraso e eram preparados para ir para os centros urbanos em busca de ‘melhores’ condições de vida (Lopes, 2019, p.13).

Na contracorrente da história, como reação ao contexto apresentado, emerge o movimento de resistência por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, que se organizam em movimentos sociais para lutarem pela qualidade de vida do povo camponês, buscando consolidar um novo projeto de Educação. Destaca-se nesse contexto a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela Reforma Agrária e por uma Educação voltada aos interesses da classe trabalhadora camponesa. Surgia assim o movimento pela Educação do Campo (Caldart, 2015).

Os longos anos de negação aos direitos humanos dos povos do campo e as contradições apresentadas pela educação rural, fizeram com que as/os camponesas/es desenvolvessem um conjunto de forças contrárias às que estavam em vigor, lutando por um novo projeto de campo e de sociedade. De acordo com Zanelli:

“Foi, portanto, neste período, como reação à Revolução Verde e como aliança às lutas dos trabalhadores de todo o país pela redemocratização da sociedade brasileira, que nasceram os principais movimentos sociais e sindicais do campo que conhecemos hoje, a exemplo do MST, do MAB, do MPA, da CONTAG e da FETRAF” (Zanelli, 2015, p.48).

O MST, além de promover a luta pela Reforma Agrária, foi percebendo que a educação formal ofertada pelo estado nos assentamentos rurais não dialogava com a realidade do povo do campo, tampouco favorecia sua emancipação de consciência política. Surgia assim, a necessidade de lutar pela Educação Popular emancipatória defendida por Freire, contrapondo a educação rural/bancária (Caldart, 2004).

A Educação Popular caracteriza-se como concepção/prática educacional emancipatória, nascida e consolidada no seio dos movimentos populares, a partir da interpretação crítica das relações de opressão/exploração produzidas pela sociedade capitalista. Compreende-se que a Educação Popular surge com a intencionalidade de superação dessas contradições, mediante a promoção de espaços de “inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora”. Tais espaços são desenvolvidos por meio do diálogo horizontal, da problematização, da ação prática e da reflexão dos homens e mulheres sobre o mundo na perspectiva de transformá-lo (Freire, 2014, p. 54).

Em consonância, se pode caracterizar a Educação do Campo como um conjunto de lutas sociais e práticas educativas emancipatórias, que visam consolidar o novo paradigma de educação e de escola do campo, construído com e para as/os trabalhadoras/es do campo. Uma educação que articule o conhecimento científico à realidade histórica e cultural das/os

camponesas/es, fortalecendo as suas lutas e valorizando os seus saberes, tendo como horizonte a construção de um novo projeto de campo e de sociedade (Caldart, 2004).

Para tanto, é necessário que as escolas do campo sejam organizadas e conduzidas coletivamente, é necessário que os movimentos sociais, a comunidade, as/os educandas/os e as/os educadoras/es tomem decisões em conjunto e de forma democrática. Deve-se buscar promover a formação crítica e integral da juventude do campo, formando sujeitos conscientes que assimilem a realidade para transformá-la e não simplesmente para reproduzi-la (Brasil, 1996).

De acordo com os princípios que regem a Educação do Campo, esses sujeitos são responsáveis pelo processo de trabalho-vivência-estudo, são elas/es as/os protagonistas da sua realidade com intuito de promover o reconhecimento do campo, do trabalho como princípio educativo e da formação social a partir de suas vivências (Caldart, 2004). Considerando a importância do protagonismo dos sujeitos do campo em seus processos formativos para a promoção da formação crítica e emancipatória, em diálogo com Pistrak (2011) chamamos a atenção para a necessidade de auto-organização das/dos educadoras/es e especialmente das/os educandas/os nos espaços educativos.

O autor destaca a necessidade de um maior engajamento dos estudantes no cotidiano escolar, que ultrapassa os limites da sala de aula em direção à organização da gestão da escola e da sociedade como um todo, levando-os a mediar conflitos e interesses coletivos, estabelecer prioridades e a assumir compromissos com responsabilidade, tendo como horizonte a participação social consciente e ativa. Assim, a auto-organização refere-se ao requisito de modo que os alunos possam ter uma participação direta na gestão e manutenção da vida escolar, refletindo e opinando sobre os instrumentos avaliativos, os conteúdos, os métodos e a organização do espaço, do tempo e das atividades educativas (Pistrak, 2011).

Em contrapartida, no contexto da Educação do Campo, faz-se necessário destacar a importância do trabalho como princípio educativo como ação vinculada à auto-organização.

O trabalho humano efetiva-se, concretiza-se, em coisas, objetos, formas, gestos, palavras, cores, sons, em realizações materiais e espirituais. O ser humano cria e recria os elementos da natureza que estão ao seu redor e lhes confere novas formas, novas cores, novos significados, novos tons, novas ondulações (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 60).

Todavia, com o surgimento do capitalismo o trabalho passou a ser mercadoria e o trabalhador deixou de ser dono do produto de seu trabalho, se tornando alienado. No capitalismo os trabalhadores são explorados e encontram-se em condição alienante, não podendo usufruir

plenamente das riquezas que produzem. Na contracorrente, os movimentos sociais do campo buscam consolidar o trabalho como princípio educativo enquanto atividade emancipatória de superação da opressão. Para tanto, a auto-organização no ambiente escolar deve oportunizar que as/os educandas/os assumam o compromisso de contribuir na organização e na manutenção da escola e de seus espaços coletivos - horta, cozinha, banheiros, pátio, refeitório, dentre outros - a fim de que compreendam na prática a importância do trabalho livre da apropriação privada, cujo produto pode ser usufruído pela coletividade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Nesse sentido, a escola do campo deve ser espaço para o exercício da autonomia, da solidariedade e do autosserviço, para que se possa praticar por meio de seus processos formativos a liberdade com compromisso coletivo, que podemos chamar de emancipação. O trabalho que compreendemos como princípio educativo é, portanto, a ação social que ao nos formar como humanos, poderá consolidar o potencial criativo, educativo e justo das relações sociais (Caldart, 2015). Trata-se, portanto, de uma concepção de trabalho para a vida e para a formação humana, e não para atender as exigências do mercado. O trabalho como princípio educativo é o trabalho para a solidariedade, o trabalho para a comunidade e para a justiça social, tendo como horizonte a educação escolar emancipatória que vai se consolidando na relação entre escola e a vida concreta do povo (Pistrak, 2011).

Considera-se, portanto, que no centro da pedagogia que assume o trabalho como princípio educativo não deve estar o educando, nem o professor, mas o estudo e a problematização da realidade, que deve ser investigada e compreendida por meio de saberes e fazeres teóricos e práticos de diversas áreas do conhecimento que contribuam com a emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, no contexto da Educação do Campo, considera-se o trabalho como princípio educativo como atividade social que ao nos constituir como humanos, projeta o potencial criativo e solidário das relações sociais e nos torna emancipadas/os de consciência para a construção de um novo projeto de campo de sociedade (Frigotto, 2012).

Arroyo afirma que:

A Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p. 23).

Nesse sentido, não basta ter escolas localizadas no campo, é preciso que as pessoas inseridas nesses espaços compreendam e pratiquem os princípios que regem a Educação do

Campo. Para Fernandes, Cerioli e Caldart (2005, p. 27) “não basta apenas ter escolas no campo (com ideais ruralistas); queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

O Movimento pela Educação do Campo surge com o objetivo de consolidar novas práticas educativas que rompam com o modelo hegemônico de educação, propondo um modelo alternativo de campo e sociedade. Um projeto que busque garantir condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, poder e conhecimento (Miranda, 2014).

Por fim, consideramos que o nosso desafio é construir um paradigma de educação contra hegemônico, que supere essa ideia equivocada que apresenta o campo como lugar de atraso e de produção de mercadorias para o agronegócio. Faz-se necessário a disseminação de novas concepções sobre a importância do campo, da sua cultura, dos seus sujeitos e das práticas ali realizadas (Caldart, 2004).

### **3.2 Escolas Famílias Agrícolas (EFA's)**

A Escola Família Agrícola (EFA) é um espaço educativo de caráter comunitário gerido por uma associação instituída por famílias, comunidades e movimentos sociais do campo. Tem como missão pedagógica, promover a formação integral das/os educandas/os, vinculada à produção sustentável da vida por meio da Pedagogia da Alternância. A EFA busca contribuir na construção de um novo projeto de campo fundamentado em princípios da Agroecologia e articulado a um novo projeto de sociedade (AMEFA, 2002).

A partir das práticas pedagógicas da Educação do Campo, as EFA's buscam contribuir para o desenvolvimento socioambiental sustentável das comunidades camponesas e evitar o êxodo da juventude para a zona urbana. Esse modelo de escola promove o ensino regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrados à cursos de nível técnico como Agroindústria, Agroecologia, Agropecuária, Meio Ambiente, dentre outros, considerando a demanda dos estudantes e das famílias da região (Cerqueira e Santos, 2012).

No Brasil, a primeira experiência educativa seguindo a proposta da Pedagogia da Alternância foi criada em 1969, no Espírito Santo. Esta experiência, baseada no modelo de educação italiano, recebeu o nome de Escola Família Agrícola (EFA); posteriormente se multiplicou e se expandiu para outros estados do país (Queiroz, 2007).

A Pedagogia da Alternância consiste em integrar ao processo educativo escolar as situações e experiências cotidianas das/os estudantes e de seus familiares, articulando a teoria à

prática e incentivando a elaboração de propostas concretas voltadas a valorização do trabalho, da cultura e dos modos de vida do campo. Visa ainda, articular os saberes da vida da/o jovem do campo aos saberes escolares e políticos, possibilitando a formação integral das/os educandas/os (Nascimento, 2005).

Em contrapartida, os movimentos sociais que protagonizam a Educação do Campo buscam vincular a Pedagogia da Alternância praticada nas EFA's aos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, que de acordo com Freire (2014), caracteriza-se como concepção/prática educacional emancipatória, nascida e consolidada no seio dos movimentos populares, a partir da interpretação crítica das relações de opressão/exploração produzidas pela sociedade capitalista. Compreende-se que a Educação Popular surge com a intencionalidade de superação dessas contradições, mediante a promoção de espaços de “inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora”. No âmbito da Educação do Campo, tais espaços são desenvolvidos por meio do diálogo horizontal, da problematização da realidade da classe trabalhadora camponesa, da ação prática e da reflexão dos homens e mulheres sobre o mundo na perspectiva de transformá-lo (Freire, 2014, p. 54).

As EFA's ao longo de sua história, procuram superar a dicotomia entre a escola e a vida, unindo a escola na vida dos estudantes de acordo com a realidade sociocultural do meio onde nasce, se desenvolve e se insere, respeitando assim o princípio pedagógico da “primazia da vida sobre a escola”. Desse modo, buscam confrontar a realidade vivenciada com os conhecimentos científicos, gerando reflexão para a tomada de consciência e a ação transformadora. Recorrem, para tanto, às metodologias dialógicas e apropriadas à vida no campo, com a finalidade última de promover o desenvolvimento sustentável e solidário do meio rural (Nascimento, 2005).

Nesse sentido, as experiências educativas vivenciadas nas EFA's fazem parte de um processo de formação humana para a melhoria da qualidade de vida no campo, possibilitando que as comunidades construam saberes e sejam capazes de resolver os desafios socioambientais dos seus territórios. De acordo com a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, fundada em Ipiri, Anchieta - ES, no ano de 1978, existem atualmente 155 EFA's distribuídas em 16 estados Brasileiros, conforme mostra o Quadro 04.

Quadro 04 - Organização das EFA's por regiões e estados brasileiros.

REGIÃO	ESTADO	REGIONAL	Nº de EFA's
SUDESTE	Espírito Santo	MEPES	17
	Espírito Santo	RACEFFAES	19
	Minas Gerais	AMEFA	21
	Rio de Janeiro	IBELGA	03
SUBTOTAL:			60

<b>NORDESTE</b>	Bahia	AECOFABA	17
	Bahia	REFAISA	11
	Sergipe	REFAISA	01
	Ceará	-	04
	Maranhão	AEFAMA	19
	Piauí	AEFAP	17
<b>SUBTOTAL</b>			<b>69</b>
	Amapá	RAEFAP	06
	Pará	EFA Marabá	01
	Rondônia	AEFARO	05
	Rondônia	-	01
	Acre	EFA Jean Pierre	01
<b>SUBTOTAL:</b>			<b>14</b>
<b>CENTRO - OESTE</b>	Goiás	-	03
	Mato Grosso do Sul	-	03
	Tocantins	-	02
<b>SUBTOTAL:</b>			<b>08</b>
<b>SUL</b>	Rio Grande do Sul	AGEFA	04
<b>TOTAL</b>			<b>155</b>

Fonte: UNEFAB (2019)

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento dessas experiências se dá a partir dos sujeitos desses territórios, garantindo o protagonismo das/os educandas/os numa perspectiva de colaboração para a autogestão, que é base da promoção humana emancipatória. O protagonismo dos estudantes é elemento fundamental para garantir o exercício de valores como a responsabilidade, o companheirismo, a justiça social e a solidariedade, desde as pequenas ações do cotidiano da vida em grupo até o acesso ao conhecimento produzido e acumulado pela humanidade (AMEFA, 2002).

### 3.3 Concepções de mutirões

A palavra mutirão emerge do tupi-guarani ‘**mutyrõ**’, significando trabalho coletivo autogerido para fins comunitários. Trata-se de uma prática colaborativa e ancestral que historicamente é desenvolvida de forma auto organizada em diversos territórios, povos e culturas, tendo como horizonte a promoção do bem comum. Considera-se que o mutirão tem natureza agregadora, uma vez que pode reunir e mobilizar pessoas de diferentes culturas, talentos, saberes, habilidades e histórias de vida consolidando a diversidade humana em torno de um propósito comum (Krenak, 2010).

No âmbito de atuação dos movimentos sociais, o mutirão é espaço de organização, de formação, de resistência, de luta e de esperança, que consolida relações de trabalho justas e igualitárias, afinal, não pode haver poder popular que se sustente apenas em marchas, ocupações e teorias. Para a consolidação do poder popular, é fundamental que haja no cotidiano do povo a prática do trabalho coletivo com apropriação social, voltado aos interesses e às necessidades básicas das classes populares. Para Gabriel (2023), o mutirão pode contribuir para um melhor usufruto do espaço público coletivo, ao reforçar o sentimento de afeto, vínculo e pertencimento ao território. Pode melhorar ainda o convívio entre os sujeitos da comunidade e renovar as esperanças do povo.

Além disso, cuidar de uma comunidade ou espaço coletivo por meio de mutirões pode desdobrar-se em outras melhorias futuras. A partir da semente inicial, os sujeitos envolvidos nas ações coletivas tendem a se mobilizar na busca por mais conquistas concretas, como novas políticas públicas, escolas, hortas comunitárias, dentre outros. Tais conquistas do trabalho coletivo poderão retroalimentar a sensação de orgulho e de pertencimento dos sujeitos aos seus territórios, colaborando aos poucos para o desenvolvimento sustentável local e para a redução das desigualdades sociais (Gabriel, 2023).

De acordo com Amador (2018), diversas comunidades do campo em nosso país mantêm a tradição de realizar mutirões para ajuda mútua e solidária. Considera ainda que os mutirões são espaços férteis para a produção coletiva do conhecimento de maneira participativa e horizontal, por meio de trocas de experiências entre os participantes na execução de atividades práticas de planejamento, realização, avaliação e cooperação. Além disso, o mutirão autogerido tem como caráter central a produção para usufruto da coletividade e para a subsistência do povo, distanciando-se da lógica do mercado capitalista que transforma os bens naturais e coletivos em mercadorias.

Logicamente o mutirão não apresenta, por si só, o potencial de transformar o sistema, todavia, as relações de trabalho e de produção que nele se manifestam podem consolidar alternativas ao modo de produção capitalista, tendo como horizonte a emancipação da classe trabalhadora e do povo em geral. A participação de todos, de forma equivalente, promove um sentimento de pertencimento ao coletivo e de apropriação do conhecimento produzido no espaço. No mutirão cada pessoa apresenta seu talento e desenvolve o seu papel numa vivência da diversidade que resulta num ambiente de relevante riqueza cultural (Amador, 2018).

Segundo Brandão (2005), as comunidades envolvidas nos mutirões de trabalho socializado consolidam uma nova concepção de viver pela partilha, pela cooperação, pela justiça e pela solidariedade, construindo a identidade coletiva. No âmbito de consolidação da

Educação do Campo em nosso país, considera-se que a interação entre diferentes atores oportunizada pelos mutirões - agricultoras/es, educadoras/es, estudantes, lideranças de movimentos sociais, pesquisadores, mestras/es populares, profissionais de diversas áreas do conhecimento - na diversidade de contextos, vivências e culturas, promove uma abordagem holística e multidisciplinar fundamental para a compreensão profunda dos desafios socioambientais enfrentados pelo povo do campo, potencializando seus processos de formação emancipatória (Amador, 2018).

#### **4. ORIGEM E ORGANICIDADE DA EFA DOM LUCIANO**

O processo de implantação da EFA Dom Luciano iniciou-se no ano 2000, quando lideranças comunitárias, religiosas e políticas começaram a debater em vários municípios da região do Alto Paraopeba sobre a importância de uma escola que desse oportunidades aos jovens e famílias camponesas da região, promovendo uma formação de acordo com as especificidades do campo. Em consequência das discussões quanto à necessidade de uma escola comprometida com os interesses do povo do campo, em 21 de outubro de 2006, foi fundada na cidade de Congonhas-MG, a Associação Regional Escola Família Agrícola do Alto Paraopeba (AREFALP). No ano de 2012, com o apoio de lideranças comunitárias e do Movimento Evangélico Popular Eclesial (MEPE), iniciou-se uma nova discussão, dessa vez em Piranga-MG sobre a possibilidade de construção de uma EFA na região, envolvendo também outros municípios, como Porto Firme e Catas Altas da Noruega (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

A partir da fala de um dos fundadores da EFA Dom Luciano, verifica-se a preocupação de fundar uma escola que promovesse uma educação totalmente voltada aos interesses das/os agricultoras/es da região:

A nossa intenção era fundar uma Escola Família Agrícola na região, para oferecer uma educação de qualidade para os nossos agricultores. Para que essa escola funcionasse dentro dos moldes da Educação do Campo e dos moldes da Pedagogia da Alternância, nós tivemos que montar uma Associação comunitária e lutar bastante, porque tinha muitas exigências, e uma delas é que a maioria dos estudantes da escola deveriam ser filhos de agricultores (Participante A, 2022).

Neste contexto, em julho de 2012, com o apoio da Associação Mineira das Escolas Família Agrícolas (AMEFA), foi realizada um reunião com lideranças das duas localidades para dialogarem sobre a possibilidade de unir os seus esforços para a construção de um só projeto, a princípio. As pessoas presentes na reunião entraram em comum acordo e decidiram implantar uma única EFA para atender as duas regiões. Foi acordado também que a localidade

da escola fosse interessante do ponto de vista geográfico para ambas as regiões (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

Uma vez firmados os acordos coletivos, em homenagem ao Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida (lutador popular pela Educação do Campo), a AREFALP passou a se chamar Associação Regional Escola Família Agrícola Dom Luciano (AREFA Dom Luciano) a partir da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 04 de agosto de 2012 na comunidade de Boa Vista, que passou a ser a sua sede. Após diversas reuniões e mutirões (Fotos 01 e 02) mediados pela Associação renomeada, foi fundada em 2014 a Escola Família Agrícola Dom Luciano, na comunidade de Boa Vista, município de Catas Altas da Noruega-MG (Regimento Acadêmico EFA Dom Luciano, 2013).

Fotos 01 e 02 - Mutirões de construção/restauração para a implantação da escola.



Fonte: EFA Dom Luciano, 2012.

Foto 03 - Entrada da EFA Dom Luciano.



Fonte: EFADL, 2022.

Vale reafirmar que os mutirões de trabalho associado se fazem presentes na EFA Dom Luciano desde a sua origem, tendo como protagonistas lideranças comunitárias e militantes de movimentos populares atuantes na região convencidos de que a educação não deve ser instrumento de lucro do Capital, mas sim uma importante ferramenta para a construção de um



parceiros formalizados e sim com apoiadores que acreditam na causa da Educação do Campo, como igrejas, sindicatos, movimentos sociais, prefeituras, além da Secretaria de Estado de Educação por meio de projetos e leis voltadas à educação escolar (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

No estado de Minas Gerais, as EFA's são assessoradas pela Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA), fundada em 24 de julho de 1993. A AMEFA é uma organização social de natureza educativa, sem fins lucrativos, que tem como missão contribuir para que as EFA's desenvolvam a formação emancipatória e integral dos sujeitos do campo, por meio da Pedagogia da Alternância e dos princípios da Agroecologia (AMEFA, 2002).

Quanto aos seus objetivos, a entidade luta pelo reconhecimento da EFA enquanto uma escola de direito e busca promover a atuação em rede; além de realizar articulações e representar as EFAS diante do poder público; zelar pelo correto funcionamento dos instrumentos pedagógicos da Educação do Campo e promover cursos de formação inicial e continuada de monitores, diretores e dirigentes associativos.

No âmbito administrativo e financeiro, a AMEFA luta por políticas públicas de financiamento para as EFAs na esfera Estadual e também oferece assessoria à gestão financeira das escolas. Em síntese, a AMEFA tem como objetivo central cuidar para que os pilares fundamentais das EFA's - apresentados no quadro a seguir - funcionem corretamente.

Quadro 05 - Pilares fundamentais das EFA's.

<b>PILARES FUNDAMENTAIS DAS EFA'S</b>
Base associativa das famílias camponesas e movimentos sociais na gestão.
Pedagogia da Alternância, seus instrumentos pedagógicos e princípios.
Formação integral, libertadora e emancipatória dos sujeitos do campo.
Desenvolvimento sustentável, justo e solidário do campo, na perspectiva da Agroecologia.

Fonte: AMEFA, 2002.

A gestão da EFA Dom Luciano é de responsabilidade da Associação e da Direção, conforme o seu Estatuto. O diretor, em sintonia com o Presidente e o Conselho Administrativo da AREFA Dom Luciano, representa e executa a administração do funcionamento da escola sob orientação, assessoria e supervisão da AMEFA e da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB). Dessa forma, a Associação exerce o poder político, enquanto o diretor e a equipe de monitoras/es exercem a função executiva na gestão da escola (Regimento Acadêmico EFA Dom Luciano, 2013).

A EFA Dom Luciano conta atualmente com os seguintes meios para se sustentar: a) recurso do Bolsa Aluno repassado pelo governo estadual; b) doações de organizações populares comprometidas com a Educação do Campo; c) suas tecnologias sociais e produções de alimentos; d) promoção de campanhas financeiras para custear ações e atividades prioritárias. O Bolsa Aluno garantido pela Lei Estadual 14.614/2003 (Minas Gerais, 2003) e pelo Decreto Estadual 43.978/2005 (Minas Gerais, 2005) é um direito conquistado pelo movimento das EFAs, que diz respeito ao apoio financeiro às associações mantenedoras das escolas.

Em geral, as reuniões pedagógicas da EFA Dom Luciano acontecem no mínimo uma vez por trimestre, fundamentadas no Plano de Formação Escolar 2014, que articula o ensino da escolarização geral (ensino médio) com a educação profissional de nível técnico. O conselho de classe é realizado após o término das avaliações trimestrais e ou quando se fizer necessário, objetivando a integração entre docentes em atendimento as peculiaridades e potencialidades de cada estudante.

A execução do Plano de Formação da escola é de responsabilidade do diretor e da equipe de monitores, que devem conhecer a dinâmica de funcionamento da escola de alternância que trabalha em tempo integral. Os principais objetivos do Plano de Formação são: Articular os saberes da vida do jovem aos saberes escolares; integrar os conteúdos humanísticos aos conteúdos técnicos; facilitar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem; incentivar cada jovem a se engajar em um projeto profissional e acompanhá-los de forma personalizada (Plano de Curso EFA Dom Luciano, 2014).

## **5. PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS**

A EFA Dom Luciano tem o objetivo de promover a formação integral da/o educanda/o do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia. Para tanto, busca oportunizar a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para sua autorrealização profissional, cultural, social, política, racial e ética, para o exercício consciente da cidadania e a possibilidade no prosseguimento dos estudos, a fim de contribuir com a melhoria do meio social em que vive e realizar bem o seu projeto profissional e de vida, tendo como horizonte o fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

A EFA Dom Luciano pode ofertar ainda outros cursos como Agroindústria, Agroecologia, Meio Ambiente, dentre outros de acordo com a demanda dos estudantes e das famílias da região. Com o intuito de garantir aos trabalhadores do campo uma educação

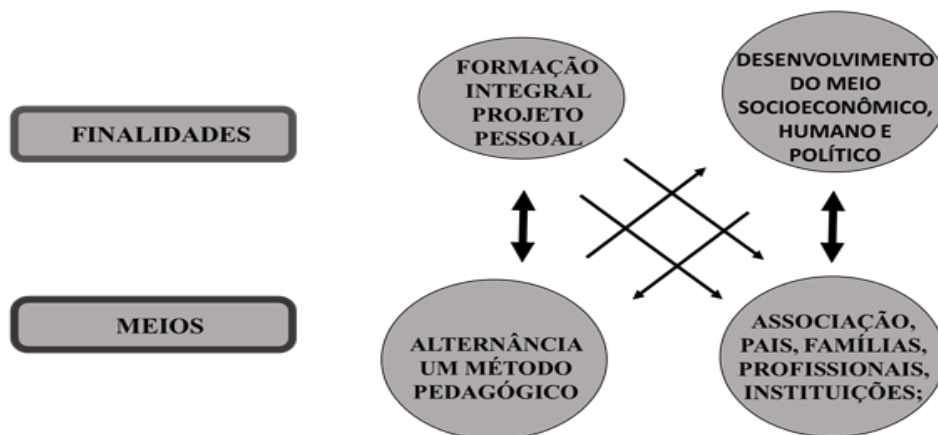
adequada às suas necessidades, em 2017, a escola passou a oferecer também o Curso Técnico em Agropecuária integrado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Ensino Médio e o Ensino Fundamental EJA para os anos finais.

A proposta pedagógica da EFA Dom Luciano é diferenciada das escolas rurais. Ela traduz os princípios e as diretrizes pedagógicas da Educação do Campo, aprovadas e assumidas pela instituição de ensino como sua missão, abrangendo seu corpo docente, técnico, administrativo, bem como a Associação de pais e agricultores, a fim de desenvolver por meio da Pedagogia da Alternância a educação emancipatória da classe trabalhadora camponesa.

As modalidades de educação da EFA Dom Luciano atendem um público prioritário do meio rural, principalmente as/os filhas/os de agricultoras/es familiares indicadas/os pelas famílias e entidades que fazem parte da Associação. Vale destacar que a escola foi instituída com a finalidade de priorizar a formação humana, técnica, política e cultural da juventude do campo, tendo como principal instrumento formativo a Pedagogia da Alternância, que envolve períodos letivos vivenciados no meio familiar sócio-profissional, possibilitando o vínculo e a interação formativa da escola com a família, com comunidade e com o trabalho como princípio educativo (Plano de Curso EFA Dom Luciano, 2014).

Gimonet (2007), nos apresenta a organicidade dos quatro pilares essenciais dentro do movimento da Pedagogia da Alternância que é praticada pelas EFA's, como mostra a figura 03.

Figura 03 - Organicidade dos quatro pilares da Pedagogia da Alternância.



Fonte: Gimonet, 2007.

É importante compreender que em tese os meios e as finalidades são eixos existentes em todas as EFA's, e não é possível atingir a formação integral dos estudantes, tal como o desenvolvimento do meio socioeconômico, humano e político sem a existência do método

pedagógico da alternância e a parceria das famílias, associação, pais, monitores, e etc. Nesse sentido, é importante observar que os eixos apresentados na figura 03 devem estar inteiramente interligados. O currículo da EFA Dom Luciano é construído em articulação com o seu Plano de Estudo. Sendo que, o Plano de Estudo é o principal instrumento da Pedagogia da Alternância. Através dele é possível fazer a ligação efetiva entre os dois ambientes educativos: a escola e a família/comunidade; conteúdos escolares e conteúdos vivenciais.

A formação do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio que é ofertado pela escola desenvolve-se na modalidade integrada e articulada aos conteúdos do Ensino Médio e aos princípios da Agroecologia, com duração de três anos, em regime de alternância. Ao todo são dez alternâncias por ano, cada uma delas envolvendo um mês de estudo, sendo que 15 dias do mês são cumpridos na escola, e 15 em tempo comunidade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014). Além das disciplinas “convencionais” do currículo da educação básica a EFA oferece a parte profissionalizante e a parte de atividades complementares, como detalhado no Quadro 06

Quadro 06 - Plano de Curso da EFA Dom Luciano.

Disciplinas EFA Dom Luciano		CH A	DISCIPLINAS
Lei N.º 9394 de 20 de Dezembro de 1996	Base Nacional Comum	100	Língua Portuguesa e Literatura
		40	Educação Física
		20	Artes
		60	Geografia
		80	História
		100	Matemática
		60	Física
		60	Química
		60	Biologia
		40	Filosofia
		40	Sociologia
	Parte diversificada	20	Informática
		20	Língua Estrangeira (Inglês)
	Parte Profissionalizante	40	Agroindústria
		40	Constr. e Instalações
		100	Agricultura
100		Zootecnia	
40		Gestão Ambiental	
40		Adm. e Economia Rural	
40		Associativismo e Cooperativismo	
40		Empreendimento e Projeto Profissional	
Atividades Complementares		Plano de Estudo	

			Caderno de Acompanhamento
			Estadia Familiar Comunitária

Fonte: (Plano de Curso EFA Dom Luciano, 2014).

Com a finalidade de permitir a organização do tempo escola/comunidade para a prática da Pedagogia da Alternância, a EFA Dom Luciano utiliza os instrumentos pedagógicos apresentados no Quadro 07.

Quadro 07 - Instrumentos pedagógicos da EFA Dom Luciano.

INSTRUMENTOS DIDÁTICOS/PEDAGÓGICOS	
<b>INSTRUMENTOS E ATIVIDADES DE PESQUISA</b>	PLANO DE ESTUDO
	FOLHA DE OBSERVAÇÃO
	ESTÁGIOS
<b>ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO-RELAÇÃO</b>	COLOCAÇÃO EM COMUM
	TUTORIA
	CADERNO DE ACOMPANHAMENTO
	VISITA A FAMÍLIA E COMUNIDADE
<b>INSTRUMENTOS DIDÁTICOS</b>	VISITAS
	VIAGENS DE ESTUDO
	ATIVIDADES DE RETORNO/ EXPERIÊNCIAS
	EXPERIÊNCIAS
	PROJETO PROFISSIONAL
	CADERNOS
	DIDÁTICOS PARA AS AULAS/CURSOS
	CADERNO DA REALIDADE
	SERÕES
	INTERVENÇÕES EXTERNAS
	PESQUISAS
<b>PROCESSOS DE AVALIAÇÕES</b>	AVALIAÇÃO SEMANAL
	AVALIAÇÃO FORMATIVA
	AUTOAVALIAÇÃO

Fonte: (Plano de Curso EFA Dom Luciano, 2014).

**Plano de Estudo e Folha de observação:** O Plano de Estudo (PE) consiste em um instrumento de pesquisa onde é construído coletivamente um roteiro de perguntas/questionamentos, que são levados para reflexão pelos discentes para o Tempo Comunidade (TC) com intuito de relacionar/interligar os aspectos estudados na ambiente escola e também no meio em que vivem. Na construção do PE fazem parte os estudantes, monitores, professores, alternantes, etc. Nesse sentido, ele é elaborado no tempo escola (TE) e desenvolvido no (TC), por fim, socializado na volta ao TE (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

A construção deste instrumento é uma etapa fundamental no desenvolvimento da Pedagogia da Alternância. Vale destacar que, os planos de estudo são elaborados de acordo com o tema gerador pré-estabelecido pelo grupo, o espaço da sua construção é mediado e orientado pela/pelo monitora/monitor que deve criar questionamentos e reflexões acerca das perguntas

propostas. Para auxiliar os educandos é construída também uma folha de observação, que possui perguntas, tópicos, etc. a serem observados na realização da tarefa (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Estágios:** Outro instrumento de extrema importância para a manutenção da Pedagogia da Alternância nas EFA's são os estágios que estão diretamente ligados aos planos de estudo e tem por objetivo associar os conhecimentos teóricos e práticos ligados a realidade dos estudantes. Nesse sentido, “os educandos podem vivenciar e praticar novas formas de trabalho em diferentes espaços, no serviço de casa, na propriedade agrícola, empresas, etc. ligando o que foi aprendido na escola e fora dela” (Melo, 2013, p. 48).

**Colocação em Comum:** Para Gimonet (2007, p. 45) a colocação em comum pode ser entendida como “a segunda atividade-chave da Pedagogia da Alternância”. Esse é um momento em que os estudantes socializam as principais reflexões do plano de estudo, podendo ser através de uma síntese, imagens, mapas conceituais, dentre outros. A Colocação em Comum valoriza os planos de estudo colocando em evidência experiências vivenciadas no cotidiano do educando. Cria também a necessidade de aportes complementares através de novos questionamentos, hipóteses trazidas pelos estudantes do Tempo Comunidade, assim, é possível introduzir as outras atividades de formação (Gimonet, 2007).

**Tutoria:** No início do ano Letivo é realizado junto aos estudantes a divisão dos tutores (monitores), que tem como missão acompanhar individualmente durante o ano letivo cada jovem dentro da EFA. Esse instrumento é de suma importância, pois a partir dele é possível o acompanhamento individualizado e mais efetivo de cada jovem, levando em consideração as suas dificuldades e necessidades e auxiliando o jovem no seu desenvolvimento humano e profissional (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Caderno de Acompanhamento da Alternância:** Este instrumento possibilita a comunicação entre a família e a escola. Constitui-se em um documento com registros importantíssimos sobre o que é realizado na comunidade e na escola. Nesse sentido, é um instrumento pedagógico que possibilita um relato dos acontecimentos da EFA para a família e vice versa (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Caderno da Realidade:** É onde o estudante sintetiza seus estudos realizados em casa, na comunidade, nos estágios, nas visitas de estudo; devendo ser “o primeiro livro a ser construído. Um livro de vida, rico em si mesmo de informações, análises e aprendizagens variadas” (Gimonet, 2007, p.32).

**Visita à Comunidade/Visita às Famílias:** É realizada pelas/os monitoras/os quando os estudantes estão em tempo-comunidade; com o objetivo de estreitar ao máximo as relações entre escola-família-comunidade (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Visitas e Viagens de Estudo:** São organizadas pelas/os monitoras/es no sentido de acompanhar a vivência dos estudantes em outros territórios; normalmente ocorre após a Colocação em Comum do Plano de Estudo, com o intuito de possibilitar ao estudante um confronto da sua realidade pesquisada com outra realidade, a partir daí o estudante pode tirar suas próprias conclusões registrando no relatório de visita dele (Begnami e Burghgrave, 2000).

**Serão de Estudo:** É um instrumento pedagógico importantíssimo na aprendizagem dos estudantes. Refere-se a momentos realizados a noite, onde é possível desenvolver atividades diversas relacionadas a aspectos culturais, artísticos, políticos, etc. As apresentações no Serão podem ser realizadas por meio de dança, música, teatro, poesia, jogos, dentre outras linguagens artísticas. Vale ressaltar que os Serões são planejados coletivamente pelos estudantes e monitoras/es. (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Intervenções Externas/Palestras:** são realizadas sempre por uma pessoa externa à EFA, com objetivo de colaborar na reflexão dos estudantes no final do desenvolvimento do Plano de Estudo. Prioriza-se pessoas com práticas concretas que possam complementar o conhecimento teórico dos temas discutidos no Plano de Estudo, procurando construir junto com as/os estudantes respostas aos problemas que ainda não foram solucionados no desenvolvimento do PE (Begnami e Burghgrave, 2000).

**Cadernos Didáticos para as Aulas/Cursos:** Esse instrumento consiste em um caderno didático que abordará os temas relacionados aos conteúdos de todas as áreas do conhecimento. Pode ser considerado como um aprofundamento dos Planos de Estudo (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Atividades de Retorno/Experiências:** Quando se aproxima o final da sessão é o momento de planejar as atividades de retorno, que estarão relacionadas à fase final do PE. Esse instrumento pedagógico consiste em uma ação planejada onde os estudantes possam dar retorno à comunidade às suas famílias sobre o tema estudado naquela sessão. Esse momento de ação prática pode se dar a partir de uma palestra na comunidade, um debate, uma intervenção prática, dentre outros (Begnami e Burghgrave, 2000).

**Projeto Profissional do Jovem:** O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é produzido pelas/os jovens no decorrer dos três anos do processo formativo na EFA. No decorrer da formação as/os estudantes recebem diversas orientações que colaboram para o desenvolvimento profissional delas/es, para que finalizem a formação com a possibilidade de aplicar e desenvolver o seu projeto no local que estão inseridas/os, considerando os princípios da Agroecologia (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Avaliação Semanal e Avaliação Formativa:** As avaliações realizadas na EFA levam em conta as especificidades da Pedagogia da Alternância que valoriza as vivências das/os estudantes no espaço escolar e na comunidade. Portanto, as avaliações valorizam o processo de ensino-aprendizagem e ao “aplicar” a avaliação o monitor é capaz de identificar as dificuldades das/os educandos podendo interferir no processo, sem o objetivo de classificá-las/os, mas sim colaborar com a aprendizagem das/os mesmas/os (PPP EFA Dom Luciano, 2014).

**Mística:** Entende-se como mística as atividades cercadas de criatividade, simbolismo, mistério e reflexão; utilizadas para sensibilizar e mobilizar o povo para a luta dos movimentos sociais. São momentos em que o espaço apresenta elementos e objetos carregados de significado, como livros, bandeiras, sementes, ferramentas de trabalho, dentre outros, que provocam reflexões e sentimentos. Nesse sentido, a mística representa um chamamento à luta e o reavivar do companheirismo entre os sujeitos da escola (Oliveira e Gomes, 2021)

Foto 04 - Aula prática realizada na EFA Dom Luciano.



Fonte: EFA Dom Luciano, 2019.

Foto 05 - Horta agroecológica da escola.



Fonte - EFA Dom Luciano, 2022.

A EFA Dom Luciano, ao longo de sua trajetória de formação, procurou superar a dicotomia entre a escola e a vida, procurando transformar a vida em escola e a escola em vida, respeitando a realidade sociocultural do meio onde nasce, se desenvolve e se insere, considerando assim o princípio pedagógico da primazia da vida sobre a escola; indagando a realidade vivenciada com os conhecimentos técnicos e científicos, gerando reflexão para a tomada de consciência e para a ação transformadora (PPP EFA Dom Luciano, 2014). Para que isso seja possível, a escola busca recorrer a uma metodologia própria e apropriada à vida das/os camponesas/es, com o objetivo central de promover o desenvolvimento sustentável e solidário no campo.

## **6. A AMEAÇA DE FECHAMENTO SOFRIDA PELA ESCOLA E A CRIAÇÃO DO COLETIVO DE EDUCADORAS/ES DO CAMPO**

Em maio de 2021, em meio ao caos da pandemia da Covid 19, a EFA Dom Luciano recebeu um ofício da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Conselheiro Lafaiete – MG, informando que as suas atividades escolares seriam interrompidas por pendências documentais. Por meio de muito diálogo, os gestores da escola conseguiram um prazo de trinta dias para tentarem resolver a situação. A orientação central vinda da SRE juntamente com a deliberação do prazo foi que a escola nomeasse imediatamente uma nova gestão para regularizar a documentação que constava pendente, considerando que a direção que ocupava o cargo até então não estaria cumprindo com as suas atribuições (EFA Dom Luciano, 2022).

Buscando colocar em prática a orientação SRE e acatar suas exigências jurídicas da SRE, a EFA Dom Luciano modificou a equipe de gestão na forma de coordenação colegiada pautada no diálogo horizontal, composta por: um diretor com a função de coordenador administrativo da escola, um secretário administrativo e uma supervisora e pedagoga. De acordo com Ferreira

(2006), a gestão colegiada tem como princípios a escuta profunda e a participação cooperativa e democrática de seus membros nas tomadas de decisões e no desenvolvimento das ações organizativas, substituindo a figura do diretor.

Vencido o prazo estabelecido pela SRE, embora já houvesse sido constituída a nova equipe de gestão, ainda constavam documentos pendentes. Houve então uma reunião entre a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA) e a SRE, em que ficou encaminhado que as turmas em andamento na escola que não haviam concluído o curso, sendo do ensino regular ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), poderiam concluir a formação. Quanto à abertura de novas turmas, a determinação por parte da SRE foi que não seria autorizada enquanto houvesse pendências documentais a serem resolvidas (EFA Dom Luciano, 2022).

Nesse contexto havia um grupo de WhatsApp chamado ‘Educadoras/es em luta’, do qual participavam educadoras e educadores do campo egressos da escola, dispostas/os a manterem o contato, a unidade e o vínculo com a luta pela educação emancipatória dos povos do campo. Considerando o grupo uma possibilidade de apoio para a EFA diante dos desafios apresentados, os membros de sua nova gestão realizaram com seus integrantes uma conversa por vídeo chamada, onde relataram o problema sério enfrentado pela escola.

Após o relato, dispostas/os a colocar a mão na massa para impedir o fechamento da escola, as/os integrantes do grupo decidem iniciar um movimento de ação e reflexão em prol da sua reestruturação criando um coletivo de educadoras/es do campo denominado ‘Amigas/os da EFA Dom Luciano’. Foi estabelecido como objetivo central do coletivo, pensar e promover estratégias e ações concretas voltadas à reestruturação da escola - conforme apresentaremos adiante -, como forma de resistir ao risco de seu fechamento tendo como base os princípios da Educação do Campo.

Em entrevista aos integrantes do coletivo, foi possível compreender detalhes quanto ao seu processo de origem, bem como identificar os princípios político-pedagógicos que os motivam a atuar em defesa da EFA Dom Luciano. Para o entrevistado 01, “o coletivo surgiu com o objetivo de mobilizar as pessoas e articular ações para manter o projeto vivo já que ele estava ali correndo o risco de ser encerrado”. Na visão de outro entrevistado:

O coletivo ‘Amigas/os da EFA Dom Luciano’ surgiu em meio a um grupo de pessoas que buscavam continuar vinculados ao projeto da escola. Surgiu a partir da percepção das pessoas desse grupo de que a escola estava precisando de um apoio externo. Então mesmo alguns de nós não estando mais vinculados diretamente com a EFA, permanecemos vinculados no sentido político e afetivo com a escola, por termos passado por lá, né, então de alguma forma a nossa trajetória perpassa pela EFA. Além disso, existe o nosso compromisso com a educação do campo e com a educação popular emancipatória. Percebendo então que a escola vinha passando por problemas

sérios, seja no sentido administrativo ou no sentido financeiro, esse grupo decidiu se mobilizar para pensar alguma maneira de estar contribuindo com a EFA Dom Luciano (Entrevistado 02).

Em relação aos princípios político-pedagógicos do coletivo de educadoras/es do campo, o elemento central identificado a partir das entrevistas refere-se à sua concepção de sociedade em disputa de classes sociais, que representam diferentes projetos de educação, de escola e de campo, conforme observa-se a partir da verbalização, a seguir.

Acredito que o que nos motivou foi o compromisso que temos com a educação emancipatória do povo do campo, contrária à educação ruralista e opressora pautada pelo agronegócio que defende a formação de sujeitos alienados a partir da ideologia dominante, treinados a ver o campo como lugar de exploração e de produção de mercadoria e não como lugar de vida. Nosso compromisso é com a formação de seres humanos críticos e com a Agroecologia, para que os sujeitos do campo possam continuar existindo enquanto camponesas/es e continuar garantindo a reprodução material de suas vidas, a partir do trabalho na terra, da produção de alimentos saudáveis e das relações de harmonia com a natureza (Entrevistado B).

Podemos considerar, de acordo com Caldart (2012), que atualmente estes projetos são representados pelo agronegócio de um lado (conduzido por ‘grandes’ empresários e latifundiários) e pela Agroecologia do outro, praticada na Agricultura familiar e defendida pelos movimentos populares do campo. O agronegócio defende o campo como lugar de produção de mercadorias e de lucro para uma minoria, colocando em risco os nossos bens naturais e as condições de vida do povo.

Por outro lado, a Agroecologia busca consolidar um novo projeto de campo, comprometido com a produção de alimentos saudáveis para a classe trabalhadora, com a emancipação de consciência do povo e com formas justas e solidárias de se relacionar com a natureza. Defende nesse sentido, o campo como lugar de vida, de trabalho, de educação de qualidade, de culturas e de valores.

## **7. MOVIMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE RESISTÊNCIA AO FECHAMENTO DA EFA DOM LUCIANO**

O presente capítulo apresenta os processos de planejamento e de desenvolvimento dos mutirões e das demais ações de revitalização promovidas pelo coletivo de educadoras/es do campo Amigos da EFA Dom Luciano, bem como a análise do potencial pedagógico, político e organizativo destas ações de trabalho socializado que constituíram o movimento de resistência contra o fechamento da escola.

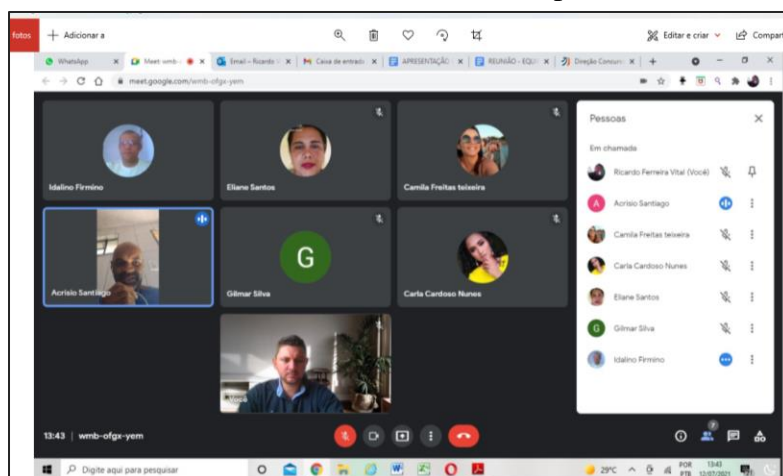
A dinâmica de apresentação da nossa análise dos resultados obtidos foi organizada em quatro tópicos centrais, estando entre eles: 1) reconhecimento e discussão dos problemas/desafios vivenciados pela escola; 2) planejamento coletivo dos mutirões, estratégias e ações; 3) desenvolvimento; 4) avaliação coletiva, celebração das conquistas e perspectivas futuras.

### 7.1 Reconhecimento e discussão dos problemas/desafios vivenciados pela escola

Diante do contexto de risco de fechamento da EFA Dom Luciano anunciado por integrantes da sua nova gestão, o coletivo de educadoras/es recém-criado denominado ‘Amigos da EFA Dom Luciano’ realiza o agendamento da primeira Roda de Conversa integrada à nossa pesquisa participante, que teve a finalidade de promover o protagonismo dos sujeitos da escola no reconhecimento das possíveis causas e desafios que resultaram no risco de seu fechamento.

A nossa primeira Roda de Conversa foi mediada pela pesquisadora e realizada virtualmente no dia 12 de junho de 2021 (Foto 06), por meio da plataforma Google Meet (em razão do contexto de pandemia da Covid 19). Se fizeram presentes: a equipe de gestão da escola (secretário, supervisora e diretor); membros da sua entidade gestora, a Associação Regional Escola Família Agrícola Dom Luciano (AREFADL); e integrantes do coletivo de educadoras/es do campo ‘Amigos da EFA Dom Luciano’.

Foto 06 - 1ª Roda de Conversa com as companheiras/os da EFA Dom Luciano.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O encontro teve início com a apresentação das companheiras e companheiros que se fizeram presentes. Em seguida, o espaço foi aberto para falas e reflexões relacionadas aos problemas e desafios enfrentados pela EFA Dom Luciano em sua trajetória de formação, que

de certo modo podem ter contribuído para que a escola chegasse ao ponto de paralisar suas atividades pedagógicas.

Uma primeira reflexão vinda da AREFADL indicou como desafio das EFA's em geral, a política neoliberal de fechamento de escolas localizadas no campo, como mostra a verbalização, a seguir. "Aconteceu uma onda onde as escolas localizadas no campo foram fechadas, isso fazia parte de um governo. Acreditavam que retirar um estudante de sua comunidade e juntá-lo em sala de 30 a 40 alunos seria interessante. Apenas para o governo, cortando gastos no essencial" (Participante A).

Para outro participante do encontro, "existe um projeto contrário ao que nós acreditamos. Uma política neoliberal, que a fim de conter gastos fecha e faz a nucleação de escolas localizadas no campo com o objetivo único de desvalorizar o campo, a sua cultura e os sujeitos ali presentes. Isso está na raiz dos problemas enfrentados pela nossa escola" (Participante B).

Outro desafio apontado na conversa se referiu a falta de flexibilidade por parte da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Conselheiro Lafaiete - MG, como mostra a verbalização, a seguir. "Houve também falhas por parte da Superintendência, com cobranças excessivas e a falta de flexibilidade, desconsiderando que temos uma proposta de educação diferente" (Participante C).

Para um dos membros da nova gestão da escola, um problema sério enfrentado pela EFA Dom Luciano em sua trajetória de formação foram os atrasos de pagamentos sem data fixa de repasse, que deixavam os servidores da escola em situação difícil. Alguns inclusive acabavam desistindo do cargo por não conseguirem pagar suas contas e se sustentar.

"Desde a fundação da EFA já era possível acompanhar alguns pontos negativos e que por correria do cotidiano, a Associação deixava passar. No início havia muitos professores fixos, mais eles não tinham carteira assinada, nem contratos, nem data fixa para pagamentos, por isso desanimavam do cargo, fazíamos poucas reuniões, as coisas eram meio bagunçadas" (Participante B).

Considera-se que o problema dos atrasos nos pagamentos dos trabalhadores da escola ocasionava ainda a falta de um quadro fixo de monitores para conduzirem suas experiências educativas, conforme relata um dos membros da AREFADL: "Um problema sério que enfrentamos foi a falta de um quadro fixo de monitores, acho que isso se deve à inconstância e aos atrasos nos pagamentos, que acabava desmotivando os colaboradores da nossa escola" (Participante D).

Outro desafio indicado pela maioria dos participantes da conversa se referia à falta de compromisso da direção da escola no cumprimento de suas atribuições, conforme nos relata

uma educadora: “Acredito que um grande desafio era a administração da escola, pelo que fui informada, a EFA corre risco de fechamento por pendências de documentos. Isso não era levado para as reuniões e pouco se sabe sobre” (Participante E). “Acredito que desde a fundação da escola, seu problema central foi a má gestão que gerou um acúmulo de pendências documentais. Faltava diálogo entre a escola, a comunidade e a Superintendência. Infelizmente a direção não priorizava isso” (Participante C).

Para outro participante da conversa, “o ex-diretor era muito capacitado e amigo, porém tinha diversas tarefas em outros locais, deixando a desejar com a sua ausência. Ele mexia com muitas coisas e acabava não priorizando as reuniões pedagógicas da escola” (Participante B). De acordo com um dos fundadores da EFA Dom Luciano,

O diretor tem que estar muito presente na escola, mas isso não acontecia na EFA. Na maioria das vezes que a Superintendência de Ensino visitava o espaço não encontrava com a direção. A SRE não passava as orientações para terceiros. Com isso, na maioria das vezes a equipe pedagógica da escola ficava sem as orientações devido à ausência do diretor. Com o tempo, isso fez com que a Superintendência virasse as costas para a nossa escola, resultando em pendências documentais e problemas pedagógicos (Participante A).

A falta de conhecimento da equipe de gestão da EFA sobre questões burocráticas e pedagógicas foi apontada como um problema sério em sua trajetória de formação, conforme verifica-se a partir da fala, a seguir. “Com o tempo foi acumulando documentações e questões pedagógicas que a EFA não conseguia compreender, como por exemplo, a carga horária dos estágios realizados pelos educandos” (Participante E).

Outro desafio levantado na conversa se refere a falta de investimento no espaço físico da escola, como relatam membros da Associação: “A escola está muito precária. Precisando de investimento. Isso não era prioridade na gestão anterior” (Participante F). “As cadeiras estão muito velhas, o prédio precisando de reformar, a quadra está em péssimas condições, enfim a escola foi abandonada na gestão anterior” (Participante G).

Por fim, foi levantado ainda como problema sério, as pendências documentais da escola na Superintendência Regional de Ensino, como mostra a verbalização, a seguir, feita pela Associação. “A maior dificuldade é que a escola não tinha entregado os verdadeiros diplomas para os estudantes, desde o início da sua história. O maior desafio foi esse: organicidade de toda documentação pendente, pendências encontradas pelas inspetoras da SRE, foram muitos documentos pendentes, desde muito tempo, talvez do início da escola” (Participante D).

Em síntese, a partir das verbalizações e reflexões que surgiram na Roda de Conversa, sistematizamos os principais problemas/desafios que possivelmente contribuíram para que a

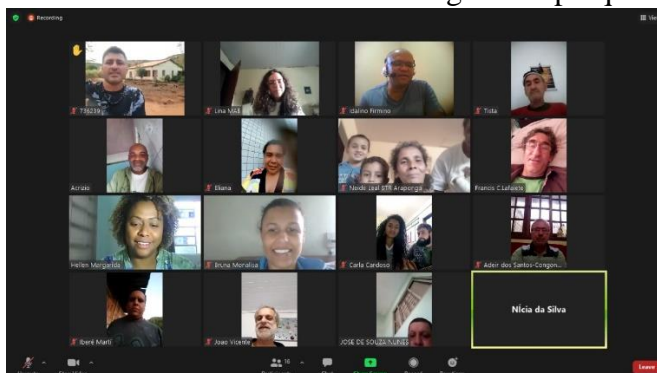
EFA Dom Luciano chegasse à situação crítica em que se encontra, correndo o risco de fechar as portas. Entre os problemas levantados, podemos destacar: a falta de conhecimento dos gestores sobre questões burocráticas/pedagógicas; a falta de flexibilidade por parte da SRE; atrasos de pagamentos aos monitores; a falta de um quadro fixo de monitores; pendências documentais na SRE; problemas estruturais no espaço físico da escola; falta de recurso financeiro; falta de compromisso da direção; política neoliberal de fechamento de escolas localizadas no campo.

## 7.2 Planejamento coletivo dos mutirões, estratégias e ações

O planejamento dos mutirões e das demais ações de reestruturação da EFA Dom Luciano se deu por meio da segunda Roda de Conversa que realizamos em nossa pesquisa participante, em que estiveram presentes todas/os as/os integrantes do coletivo de educadoras/es e da nova gestão da escola.

O espaço foi realizado virtualmente (Foto 07) e teve início com a apresentação dos problemas e desafios reconhecidos pelos sujeitos da escola na primeira Roda de Conversa (apresentada no capítulo anterior), estando entre eles: a falta de conhecimento dos gestores sobre questões burocráticas/pedagógicas; a falta de flexibilidade por parte da SRE; atrasos de pagamentos aos monitores; a falta de um quadro fixo de monitores; pendências documentais na SRE; problemas estruturais no espaço físico da escola; falta de compromisso da direção; falta de recurso financeiro; política neoliberal de fechamento de escolas localizadas no campo.

Foto 07 - 2ª Roda de Conversa integrada à pesquisa participante.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Em seguida, as/os participantes do espaço foram motivadas/os a refletirem sobre os problemas apresentados, buscando reconhecer quais eram os problemas que poderíamos resolver internamente por meio dos mutirões; quais dependiam do empenho e compromisso da

nova equipe de gestão e quais dependiam de apoio externo do poder público e/ou de órgãos educacionais. A partir das reflexões e considerações dos sujeitos da escola que se fizeram presentes, decidimos atuar em duas frentes centrais, resolvendo por meio dos mutirões as questões que dependiam apenas de ações internas e mobilizando apoio externo para as demais questões.

Ao longo da conversa, por meio do Diário de Campo, foi possível registrar e sistematizar as propostas de ações e estratégias que foram sendo construídas e validadas, bem como a distribuição das tarefas entre as/os responsáveis, conforme verifica-se no Quadro 08.

Quadro 08 - Organização dos desafios com suas respectivas estratégias/ações de superação.

<b>PROBLEMAS/DESAFIOS</b>	<b>ESTRATÉGIAS/AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
Falta de conhecimento dos gestores sobre questões burocráticas/pedagógicas.	Inserção da nova equipe de gestão em processos formativos para gestores alinhados aos princípios da Educação do Campo.	Equipe de gestão com o apoio da AMEFA
Falta de recurso financeiro para a reestruturação da escola	Mutirão de mobilização de recursos e de novos parceiros para a escola: Prefeitura Municipal, organizações populares, Deputado Padre João, diretores de outras EFA's, dentre outros.	Coletivo de Educadoras/es do Campo e equipe de gestão
Falta de flexibilidade por parte da SRE.	Agendamento de reunião entre AMEFA, EFA Dom Luciano, SEE e SRE afim de reafirmar os direitos, compromissos e as atribuições de cada uma das instituições.	Equipe de gestão com o apoio da AMEFA
Atrasos de pagamentos aos monitores.	Mobilizar recursos para pagar os monitores/servidores que ficaram sem receber ao longo da trajetória de formação da escola.	Equipe de gestão com o apoio da Associação e da AMEFA
Pendências documentais da escola na SRE.	Mutirão da nova equipe de gestão com apoio pedagógico externo para regularizar/providenciar os documentos.	Equipe de gestão com apoio pedagógico externo
Problemas estruturais no espaço físico da escola.	Mutirões para restauração/construção de instalações e tecnologias sociais essenciais.	Coletivo de Educadoras/es do Campo com o apoio da equipe de gestão
Falta de compromisso da direção.	Garantir que a nova gestão seja democrática e colaborativa, com horizontalidade nas tomadas de decisões, para que prevaleçam os interesses coletivos da escola.	Equipe de gestão com o apoio da Associação e da AMEFA
Política neoliberal de fechamento de escolas localizadas no campo.	Fortalecer o vínculo com a AMEFA e as demais EFA's da região a fim de consolidar resistência na atuação em rede; participar ativamente dos processos de luta dos movimentos sociais pela Educação do Campo.	Associação, equipe de gestão e AMEFA

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Vale destacar, que estava prevista na ocasião, uma visita da Superintendência Regional de Ensino à EFA Dom Luciano, com a finalidade de vistoriar as condições das instalações e da estrutura física da escola, que até então encontravam-se precárias. Considerando esse fato, discutimos na Roda de Conversa que deveríamos iniciar o nosso trabalho coletivo priorizando os mutirões construtivos e de restauração.

Em vista disso, a partir das estratégias e propostas de ações construídas pelo coletivo, decidimos que o próximo passo seria realizar a mobilização de recursos para custear a realização dos mutirões de restauração/construção das instalações e das tecnologias sociais essenciais.

Vale lembrar que na ocasião a escola não havia recebido o recurso do Bolsa Aluno (seu principal meio de sustentação) que é repassado pelo governo estadual, pois não havia cumprido todas as exigências das SEE - MG. Desse modo, a escola encontrava-se sem dinheiro para custear as ações em prol da sua reestruturação.

### **7.3 Desenvolvimento das ações**

O primeiro mutirão realizado pelo coletivo de educadoras/es em parceria com a equipe de gestão da escola foi o de mobilização de recursos para custear os mutirões de restauração/construção das suas instalações e tecnologias sociais essenciais. Para tanto, foi promovida pelo coletivo uma campanha de arrecadação de recurso financeiro e materiais de construção. Por meio de ligações, redes sociais e mensagens de WhatsApp, solicitamos o apoio de pessoas amigas, educadoras/es, políticos, organizações populares, comerciantes locais e ativistas da Educação do Campo.

Após um mês de campanha, já havíamos arrecadado o recurso e os materiais necessários (tintas, cimento, pincéis, alimentos para as refeições, dentre outros) para a realização dos mutirões prioritários antes da visita de vistoria da SRE. Com os recursos arrecadados, foi possível realizar os mutirões para a restauração/pintura das instalações da escola e de suas tecnologias sociais (composteira, pocilga, horta, viveiro de mudas, galinheiro, serpentina, dentre outras) e para a construção de dois banheiros nos alojamentos das/os estudantes.

Realizamos também uma reunião virtual por meio da plataforma Google Meet no dia 14/07/2021 (Foto 08), buscando consolidar parcerias para a EFA Dom Luciano. Participaram do espaço: a equipe de gestão da escola, representantes da Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega, o Deputado Federal Padre João (parceiro das EFA's), representantes da Associação, representantes da AMEFA, diretores de outras EFA's e integrantes do coletivo de educadoras/es do campo.

Foto 08- Reunião de mobilização de parceiros para a EFA Dom Luciano.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na reunião foram discutidos os desafios estruturais, pedagógicos, políticos e organizativos enfrentados pela EFA Dom Luciano e apresentada pela sua equipe de gestão uma planilha com a relação dos materiais e recursos pedagógicos necessários a uma possível retomada de suas atividades letivas. Por meio do encontro foi possível envolver mais pessoas na busca por soluções para os problemas vivenciados pela escola e conquistar, por meio do mandado do Deputado Federal Padre João<sup>9</sup> em parceria com a Prefeitura Municipal, uma verba de 70 mil reais, que foi destinada à escola por meio de uma ementa parlamentar para custear as obras de reforma da sua quadra esportiva.

Os mutirões foram mediados pelo coletivo de Educadoras/es do Campo, apresentando uma estrutura própria baseada nas lutas dos movimentos sociais camponeses que por si só já anunciava a sua potencialidade formativa; envolvendo a chegada ao local de trabalho, a realização de místicas, a divisão das tarefas, a realização do trabalho coletivo, o partilhar das refeições e as conversas de encerramento. Iniciamos a nossa análise refletindo sobre a chegada das/os participantes ao local onde foram realizados os mutirões. Essa primeira etapa significou conhecer um território histórico de conquistas do sujeito coletivo e de resistência política, fruto da luta dos movimentos populares pela Educação do Campo.

Na entrada da escola já nos deparávamos com uma linda e marcante pintura de Dom Luciano marchando ao lado do povo oprimido (Foto 09), tendo como horizonte a construção de um novo projeto de campo e de sociedade. Ao lado direito da pintura observávamos a horta da

<sup>9</sup> Autor de vários projetos voltados à emancipação dos povos do campo que se tornaram Leis estaduais como: a que cria incentivos para a agricultura familiar; a lei do banco de sementes comunitárias e crioulas, além da que assegura direitos dos atingidos por barragens e outros empreendimentos. Acompanha a luta de diversos movimentos sociais e sindicais, em especial dos servidores públicos da Educação e de organizações de trabalhadores do campo e da cidade; sem-terras, estudantes, povos indígenas, quilombolas e movimento de moradia.

escola carente de cuidados, no entanto irradiando significados como a importância do trabalho como princípio educativo e da produção de alimentos saudáveis para a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Foto 09 - Pintura de Dom Luciano em marcha com os movimentos populares.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Após a chegada do povo trabalhador, seguíamos com o café coletivo e partilhado - bolo, café, leite, sucos, pães, frutas e alimentos saudáveis produzidos por Agricultoras/es Familiares de diversas comunidades - onde ocorriam conversas de acolhimento e troca de saberes entre os diversos sujeitos ali presentes.

Foto 10 - Alimento partilhado nos mutirões, produzido pela Agricultura Familiar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em seguida, realizávamos a mística: um breve momento de reflexão que envolvia a leitura de uma poesia ou a reprodução de uma canção popular que falava da realidade concreta do povo camponês ou até mesmo da luta dos movimentos sociais pela Educação do Campo, como foi o caso da belíssima canção de Gilvan Santos - apresentada a seguir - reproduzida em nosso primeiro dia de trabalho coletivo.

## NÃO VOU SAIR DO CAMPO

(Gilvan Santos)

Não vou sair do campo  
Pra poder ir pra escola  
Educação do campo  
É direito e não esmola!

O povo camponês, o homem e a mulher  
O negro quilombola com seu canto de afoxé  
Ticuna, caeté, castanheiros, seringueiros  
Pescadores e posseiros nesta luta estão de pé.

Cultura e produção, sujeitos da cultura  
A nossa agricultura pro bem da população  
Construir uma nação, construir soberania  
Pra viver o novo dia com mais humanização.

Quem vive da floresta, dos rios e dos mares  
De todos os lugares onde o sol faz uma fresta  
Quem a sua força empresta nos quilombos, nas aldeias  
E quem na terra semeia venha aqui fazer a festa!

Esta canção nos retratou por meio de seus acordes singelos e de uma melodia simples, a relação de amor entre os povos do campo e a terra, que verificamos por meio de uma das falas que surgiram após a sua reprodução: “essa música me fez pensar que o povo do campo tem o direito de ter uma educação de qualidade em sua comunidade e nós precisamos fortalecer os movimentos populares por que é a luta do povo que vai fazer valer esse direito” (participante B).

Para outro participante, a canção nos trouxe de reflexão a importância da concepção de campo disseminada pela Agroecologia e pelos movimentos sociais; um campo lugar de vida, de produção de conhecimento, de luta popular e de diversidade cultural: “para mim, a canção reforçou a importância de se valorizar as culturas, o trabalho, os saberes e as identidades do povo do campo, apontando caminhos para a construção de um projeto de educação libertadora, construído a partir dos valores do campo” (Participante C).

Em síntese, podemos caracterizar as místicas realizadas como momentos de reflexão e de mobilização para a luta social; como prática de reavivar o companheirismo entre as/os militantes do movimento popular, que em alguns momentos envolveram ainda certa dose de espiritualidade por meio de memórias de Dom Luciano lutador do povo. No contexto de atuação dos movimentos sociais, a mística acontece na abertura de todo trabalho coletivo, sendo

marcada por um conjunto breve de ações que podem envolver elementos e símbolos - como ferramentas de trabalho, livros, bandeiras, canções, terra, água, sementes, dentre outros - carregados de significado utilizados com a finalidade de sensibilizar, despertar e mobilizar as pessoas presentes (Oliveira; Gomes, 2021).

Após a mística, que podemos considerar um espaço formativo e de tomada de consciência política central dos mutirões, fazíamos a divisão das tarefas coletivamente entre as/os participantes do espaço (Foto 11), de forma que potencializasse o protagonismo de cada um dentro do coletivo e desconstruísse relações de opressão presentes na lógica do trabalho capitalista.

Em uma das divisões de tarefas houve uma fala interessante de uma companheira de luta que nos levou a refletir sobre esta questão: “considero esse momento da divisão de tarefas fundamental nas atividades dos movimentos, pois busca desconstruir relações de machismo e de opressão. É preciso desconstruir essa prática de colocar as mulheres para trabalharem apenas na cozinha e os homens na horta e em outros espaços de maior prestígio social, precisamos refletir sobre isso” (Participante D).

Foto 11 - Divisão de tarefas no 1º mutirão de revitalização da EFA Dom Luciano.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Depois de realizarmos a divisão das tarefas de forma horizontal, distribuíamos as ferramentas e os materiais entre as/os companheiras de luta e colocávamos as mãos na massa nos mutirões (conforme mostram as fotos: 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18), que envolviam a participação de cerca de dez pessoas. Ao todo foram realizados sete mutirões, que envolveram as seguintes tarefas e ações: limpeza da área externa e interna da escola; limpeza e restauração das tecnologias sociais (galinheiro, horta, pocilga, composteira, viveiro de mudas, serpentina); restauração e pintura das instalações da escola (cozinha, salas de aula, secretaria, diretoria,

almoxarifado, biblioteca, despensa, refeitório e dormitórios); construção de dois banheiros nos dormitórios.

Fotos 12 e 13 - Restauração e pintura da parte externa da escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Foto 14 - Construção de cobertura de sapé para o ponto de prosa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Foto 15 - restauração da parte externa e construção de banheiro.



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Foto 16 - Restauração da área externa



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Foto 17 - Chuveiro instalado no banheiro.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Além das ações e tarefas apresentadas, havia também a equipe responsável pelo preparo do almoço e do café da tarde, além das pessoas que ficavam responsáveis pelo cuidado das crianças que participavam do coletivo. Vale lembrar, que nos movimentos sociais esta tarefa recebe o nome de ‘ciranda’ e contribui para que as mães e os papais possam participar das atividades tranquilas/os, estando os filhos com pessoas de confiança, brincando e praticando atividades lúdicas e formativas.

A ciranda representa um espaço fundamental para nós enquanto coletivo de educadoras/es em luta pela Educação do Campo, pois é a partir da existência dela que aqueles que têm filhos podem participar das marchas, formações, ocupações e demais atividades promovidas pelos movimentos populares; estando cientes de que há um grupo responsável pelo cuidado coletivo das crianças. Vale destacar que a ciranda favorece principalmente a participação ativa das mulheres nos espaços de luta, pois histórica e socialmente - devido ao patriarcado e ao machismo - são elas as que acabam assumindo integralmente os cuidados com os filhos.

Nas cirandas as crianças brincam e participam de atividades recreativas e pedagógicas mediadas pela equipe responsável pela tarefa. Nelas, as crianças podem participar de espaços de plantio tendo contato com a terra e com a natureza, ou até mesmo ouvir músicas, dançar e realizar leitura de livros, desenhos, trabalhos artísticos, dentre outras atividades lúdicas (Gomes, 2023). Por fim, considera-se que a ciranda foi parte fundamental dos processos de revitalização

da EFA Dom Luciano, principalmente por favorecer o protagonismo das mulheres nos mutirões e demais processos de trabalho e resistência coletiva ao risco de fechamento sofrido pela escola.

Foto 18 - Criança observando a pintura da área externa da escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao analisarmos, de forma geral, a potencialidade formativa dos mutirões realizados, nos deparamos com uma matriz formadora que foi central nos processos de revitalização da escola: o trabalho coletivo. No entanto, vale destacar em diálogo com Lopes (2024), que o trabalho que apresenta centralidade aqui não é o praticado seguindo a lógica do capital, que defende a apropriação privada do trabalho social.

Ao contrário do trabalho que impede a construção do pensamento crítico das pessoas, o trabalho que defendemos, organizamos e praticamos tem como intencionalidade a emancipação de consciência política do ser humano. Trata-se do trabalho praticado como processo educativo, que busca ajudar a desmascarar as relações de opressão/exploração sofridas pelas/os trabalhadoras/es na sociedade capitalista, a partir de experiências práticas de trabalho livre e socializado (Lopes, 2024).

Nesse sentido, o trabalho socializado praticado nos mutirões pode ser entendido como um trabalho que liberta e humaniza, tentando romper as relações de opressão próprias do trabalho no mundo capitalista. Consideramos que a tomada de consciência por parte dos sujeitos que participaram das experiências aqui analisadas, de que o trabalho realizado coletivamente para a conquista de um bem comum - a reestruturação da EFA Dom Luciano - assumiu um

significado diferente do induzido pelo capital, constituiu uma potencialidade educativa fundamental dos mutirões.

Outra potencialidade que verificamos foi a disseminação e a troca de saberes acumulados pelas/os educadoras/es do campo e demais participantes dos mutirões, uma vez que o espaço possibilitou o diálogo horizontal entre as pessoas e a interação entre os seus conhecimentos populares, técnicos, políticos e culturais no decorrer da ação prática. Observou-se que os mutirões favoreceram ainda o desenvolvimento da formação humana e social dos sujeitos, através dos princípios da partilha solidária, do diálogo, do planejamento coletivo, da mística, da colaboração, da divisão de tarefas e do trabalho em equipe.

Ao término dos mutirões no final do dia, fazíamos a limpeza das ferramentas de trabalho, da cozinha e dos espaços frequentados. Em seguida, realizávamos uma rápida conversa de encerramento para a avaliação do dia e a despedida dos que não passariam aquela noite na escola. Nas conversas de encerramento surgiram relatos sobre a melhoria na saúde mental de alguns participantes a partir da vivência nos mutirões, como verifica-se por meio da fala a seguir: “o simples fato de passar um sábado em meio a natureza, plantando e cuidando da horta, saindo da nossa realidade um pouco para conhecer pessoas e realidades diferentes nos transmitiu um sentimento de esperança e de bem-estar” (Participante A).

Em outra fala foi possível perceber a tomada de consciência sobre a necessidade de organização popular comunitária. “Para mim o dia de hoje foi muito produtivo e satisfatório. Precisamos nos organizar para ir melhorando as condições de vida do povo do campo, penso que fazer mutirões para a construção de hortas comunitárias seria uma boa ideia” (Participante B, 2022). Foi possível perceber ainda, que os mutirões e as discussões coletivas que surgiam durante a realização das tarefas, onde conseguíamos reunir gente de diversas comunidades com culturas diferentes, fomentaram o desejo de que esses espaços fossem repetidos, alimentando a nossa utopia.

Por fim, consideramos que para nós que acreditamos no projeto popular, foi muito bonito ver os espaços de trabalho coletivo oportunizando a produção e a partilha de conhecimentos dos mais variados, que emergiam do encontro sistêmico entre diversos sujeitos de diversas culturas diferentes. Foi bonito ver as pessoas se ajudando, partilhando seus alimentos, ensinando e aprendendo a partir de suas experiências concretas de vida. Foi emocionante ver o povo trabalhador doando parte de seu tempo, cada qual com as suas habilidades; gente fazendo a massa, restaurando as paredes, reformando as tecnologias sociais, pintando as paredes, limpando a escola e preparando alimentos saudáveis para as/os trabalhadoras/es.

Verificou-se que os mutirões nos estimularam a consolidar uma articulação entre os diversos sujeitos e organizações que se integraram aos processos de revitalização da escola, compreendendo que juntos e organizados somos mais fortes para transformar as estruturas e as condições injustas do campo e da sociedade em que vivemos.

#### **7.4 Avaliação coletiva, celebração das conquistas e perspectivas futuras**

A avaliação coletiva do movimento político pedagógico realizado em prol do fortalecimento da EFA Dom Luciano se deu por meio da 3ª Roda de conversa da nossa pesquisa, realizada de forma presencial no refeitório da escola. No espaço conversamos sobre os momentos marcantes dos mutirões e sobre as conquistas que emergiram do nosso trabalho coletivo, reafirmando a importância do trabalho como princípio formativo e de emancipação de consciência política.

Partindo de uma análise geral das verbalizações que surgiram ao longo da conversa, verificou-se a compreensão de que os mutirões apresentaram como potencialidade central o envolvimento da comunidade local e dos demais participantes em favor de um bem comum, facilitando o trabalho de revitalização da escola, possibilitando a organização do povo, o fortalecimento do sujeito coletivo e a partilha de saberes diversos entre os sujeitos. Segundo Gohn (2006), nos mutirões respeita-se e valoriza-se os saberes e as habilidades das pessoas envolvidas, além de promoverem a troca de conhecimentos, o diálogo horizontal, a formação cidadã, a justiça social e a formação para a liberdade.

De acordo com a fala de um participante da avaliação coletiva, “os mutirões realizados reafirmaram na prática a concepção do trabalho como processo educativo (um dos pilares da Educação do Campo), ao possibilitarem a experiência de um trabalho livre da exploração, que produziu frutos para a coletividade e para o bem comum” (Participante D). Para outro participante, o potencial dos mutirões consistiu em oportunizar “o trabalho coletivo com propósito comum, sem apropriação privada, em que cada pessoa contribuiu conforme sua capacidade e habilidade de forma solidária” (Participante B).

Segundo Pistrak (1981), a transformação da sociedade capitalista através da educação só poderá ocorrer por meio da inserção do trabalho como princípio educativo, com a intencionalidade de emancipação do ser humano e de compreensão dele quanto a dimensão que o trabalho ocupa nas relações sociais, para que possa haver a ruptura da alienação e da exploração.

Outra consideração relevante nesse sentido veio da fala de uma educadora do campo participante da conversa, ao dizer que “os mutirões relacionaram o saber, o ensinar e o aprender ao trabalho prático, e além disso, fortaleceram o vínculo da comunidade com a escola e promoveram a reflexão sobre as relações de opressão e de machismo que ocorrem no trabalho capitalista” (Participante C).

Para Freire (1987), o processo de mudança só é possível por meio da tomada de consciência dos oprimidos quanto às relações de opressão, que os levará a reconhecer a condição que ocupam nessas relações. Nesse sentido, o processo revolucionário se consolida quando o oprimido não deseja trocar de lugar com o opressor, mas mudar a condição/relação de opressão.

O momento de celebração das conquistas do trabalho coletivo nos mutirões se deu por meio de uma noite cultural que realizamos na escola, após um dia produtivo de ações coletivas e trocas de saberes. O espaço envolveu a partilha de alimentos e uma apresentação musical feita por um artista e educador popular participante dos mutirões.

Enquanto ouvíamos canções populares e dos movimentos sociais (Xote Ecológico, Floriô, Sobradinho, Anunciação, Utopia, Construtores do Futuro, dentre outras) conversávamos sobre a conjuntura política, a arte e a cultura popular, a Educação do Campo e os momentos marcantes dos mutirões, lembrando os desafios, as conquistas e as aprendizagens que envolveram o trabalho coletivo.

Além de terem apresentado um relevante potencial formativo, os mutirões e as demais ações promovidas nos processos de revitalização da EFA Dom Luciano resultaram em conquistas concretas de caráter organizativo, pedagógico, político e estrutural, constituindo um movimento de resistência política potente contra o fechamento da escola.

Dentre as conquistas obtidas, podemos destacar: 1) regularização e entrega de certificados de conclusão de curso que apresentavam pendências; 2) conclusão das atividades letivas das turmas do 3º ano do ensino médio regular e da EJA; 3) atualização do Projeto Político Pedagógico da escola a partir das diversas discussões/reflexões promovidas pela pesquisa; 4) inserção dos servidores da escola em processos formativos para gestores e educadoras/es do campo (Foto 19); 5) restauração da composteira, do viveiro de mudas e da horta da escola; 6) ativação do galinheiro e melhoramento da pocilga; 6) construção de oratório intitulado “Dom Luciano vive na luta do povo”, sugestão vinda da comunidade (Foto 20); 7) reforma da quadra esportiva da escola (Fotos 21 e 22); 8) contratação de um professor de Educação Física por meio da Prefeitura Municipal; 9) regulamentação de toda a documentação que encontrava-se pendente, dos anos de 2021, 2022 e 2023; 9; 10) conquista da autorização jurídica por parte da SRE para

a abertura de novas turmas; 11) fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade Boa Vista.

Foto 19 - Servidores da EFA Dom Luciano em formação sobre Educação do Campo.



Fonte: EFA Dom Luciano, 2022.

Foto 20 - Oratório “Dom Luciano vive na luta do povo”.



Fonte: EFA Dom Luciano, 2023.

Fotos 21 e 22 - Mutirão de reforma da quadra esportiva da escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em virtude dos fatos mencionados, podemos considerar que atualmente a EFA Dom Luciano encontra-se fortalecida tanto do ponto de vista organizativo quanto do pedagógico. Foram cumpridas todas as exigências da SRE em termos de documentação pendente e de estrutura física necessária para a continuidade das atividades letivas da escola. Foram entregues aos estudantes os certificados de conclusão de curso que apresentavam pendências e atualizado o Projeto Político Pedagógico da escola a partir das diversas discussões/reflexões promovidas pela nossa pesquisa participante.

Atualmente a equipe de gestão, as/os monitoras/es e demais servidores da escola encontram-se participando de processos formativos voltados aos princípios da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo, a fim de oferecerem uma educação emancipatória e de qualidade à juventude camponesa da região. As tecnologias sociais da escola - galinheiro, composteira, serpentina, horta, viveiro de mudas, pocilga - encontram-se restauradas e em pleno funcionamento.

As salas de aula, dormitório, banheiros, cozinha, quadra esportiva e demais instalações encontram-se restauradas, limpas e em ótimas condições de uso. Por fim, vale destacar que a EFA Dom Luciano foi autorizada pela SRE a abrir novas turmas e a dar continuidade ao seu importante trabalho pedagógico de emancipação do povo do campo. Tendo como motivação central o fortalecimento do seu vínculo com a comunidade Boa Vista que emergiu dos processos mediados na pesquisa, a nossa escola segue dando passos firmes e esperançosos rumo a construção de um novo projeto de campo e de sociedade.

Quanto às perspectivas futuras dos sujeitos envolvidos nos mutirões com relação ao fortalecimento organizativo, político e pedagógico da EFA Dom Luciano, sistematizamos as aspirações mais marcantes que surgiram nas entrevistas e demais processos que envolveram a nossa pesquisa participante (Quadro 09).

Quadro 09 - Aspirações marcantes da equipe gestora e amigos da EFA Dom Luciano.

<b>ASPIRAÇÕES MARCANTES</b>
“Que a maioria dos estudantes que entrarem nessa escola se transformem em bons profissionais influenciadores no sentido positivo da realidade do campo, que carece de mais atenção e investimento” (Entrevistado 01, 2022).
“A área rural está tendo um êxodo muito grande, e eu espero que a escola continue ajudando a resgatar esses jovens para eles não irem para a cidade grande” (participante C, 2022).
“Temos que lutar pra mostrar aos nossos jovens que sem o campo a cidade não vive. E que a área rural é tão importante quanto a urbana, talvez até mais” (Entrevistado 02).
“Precisamos divulgar melhor o projeto EFA na região, acho que está faltando isso ali no entorno da EFA Dom Luciano” (Entrevistado 03).

“Penso que o caminho é a escola continuar fortalecendo o seu vínculo com a comunidade sabe, abrindo as portas para as celebrações do povo, as quadrilhas, reuniões de assistência social e serviços de saúde. O povo precisa entender que a escola faz parte da comunidade e não é um corpo estranho” (participante A, 2022).
“Manter um bom diálogo com a superintendência é importante, a EFA precisa manter a documentação em dia para ter credibilidade, para poder tirar qualquer dúvida, sem nenhum receio e ser bem a colhida” (Entrevistado 03, 2022).
“Para mim, o que importa é a escola continuar formando jovens responsáveis, ensinando tarefas básicas do dia a dia, como limpar a casa, fazer uma horta, produzir um adubo” (participante D, 2023).
“Essa escola tem um valor muito grande por estar localizado na comunidade e ser do campo e também por projetar os nossos jovens para uma responsabilidade que eles vão ter para o resto da vida. Essa escola foi muito importante para meu filho” (participante E, 2022).
“Sobre a divulgação para atrair novos estudantes, é necessário que a escola mostre aos nossos filhos de agricultores que a educação do campo fala da realidade deles, e que eles não estão desvinculados dessa realidade” (participante B, 2022).
“Penso que precisamos manter os mutirões sabe, os desafios da EFA sempre foram superados através de muito diálogo e trabalho coletivo” (Entrevistado 04, 2022).
“Precisamos manter os mutirões, procurar formações e procurar construir novamente com o povo a importância da escola do campo para as comunidades e para a agricultura familiar” (Entrevistado 05, 2022)
“Espero que a nova gestão da EFA seja mais democrática e aberta ao diálogo, deve ouvir as pessoas, que ela tenha sobretudo mais transparência, que é uma questão que faltou na gestão anterior” (Entrevistado 06, 2022).
“Sonhamos com uma EFA mais fortalecida e mais próxima da sua comunidade, que ela possa fortalecer seus laços com outros parceiros, com os movimentos sociais do campo e com outras EFA's” (Participante F, 2022).

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em síntese, sonhamos com uma EFA Dom Luciano que consiga ofertar uma educação emancipatória e de qualidade para o nosso povo; e que possa ser uma referência para outras escolas que queiram se comprometer com Educação do Campo; disseminando os saberes da Agroecologia, praticando os mutirões de trabalho socializado e discutindo diversas questões da realidade concreta do povo que são importantes para a construção de uma sociedade justa e mais humana para todas/os.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a problemática que orientou os processos da pesquisa, reafirmamos que a questão de centralidade em nosso trabalho foi identificar o potencial político, organizativo e pedagógico do movimento de resistência ao risco de fechamento vivenciado pela EFA Dom Luciano, buscando compreender como as pessoas participantes dos mutirões e das demais ações conseguiriam mergulhar nas questões profundas das contradições produzidas pelo agronegócio e pelo capitalismo em nosso país.

Ao longo dos mutirões foram vivenciados métodos de conduta e problematizadores da realidade, como a mística, a oralidade, a divisão de tarefas, as partilhas de alimentos e de saberes

nos momentos das refeições, o contato direto com o território da escola e a visão sistêmica de suas instalações e tecnologias sociais, o trabalho em equipe, a escuta profunda e a noite cultural. Verificou-se que tais métodos estimularam o protagonismo e a organização popular; promoveram a articulação entre teoria e prática e oportunizaram a interação entre os saberes populares, científicos, políticos e culturais acumulados pelos diversos sujeitos que participaram das ações.

Verificou-se ainda, em alguns momentos, a tomada de consciência por parte dos sujeitos quanto às relações de opressão que envolvem o trabalho na sociedade capitalista, como a divisão injusta das tarefas entre homens e mulheres e a apropriação privada do trabalho coletivo. Nesse sentido, os mutirões oportunizaram e estimularam a prática de um trabalho justo, humano e emancipatório, em que tanto a produção quanto a apropriação são coletivas e para o bem comum: a revitalização de uma escola aberta à todas/os que quiserem se comprometer com um novo projeto de campo e de sociedade.

Considero que para nós que acreditamos no projeto popular, foi muito bonito ver os espaços de trabalho coletivo oportunizando a produção e a partilha de conhecimentos dos mais variados, que emergiam do encontro sistêmico entre diversos sujeitos de diversas culturas diferentes. Foi bonito ver as pessoas se ajudando, partilhando seus alimentos, ensinando e aprendendo a partir de suas experiências concretas de vida. Foi emocionante ver o povo trabalhador doando parte de seu tempo, cada qual com as suas habilidades; gente fazendo a massa, restaurando as paredes, reformando as tecnologias sociais, pintando as paredes, limpando a escola e preparando alimentos saudáveis para as/os trabalhadoras/es.

Foram obtidas ainda, a partir dos mutirões e das demais ações promovidas pelo coletivo de educadoras/es, conquistas concretas de caráter organizativo, estrutural, político e pedagógico, que alimentaram a nossa utopia e anunciaram a potencialidade dos trabalhos coletivos como movimento de resistência ao risco de fechamento vivenciado pela EFA Dom Luciano. Todavia, destacou-se a partir dos resultados da pesquisa participante, a necessidade de outros estudos para compreendermos profundamente os desafios que as EFA's vivenciam para o seu funcionamento em nosso país, a fim de que possamos desenvolver estratégias para superá-los de forma efetiva.

Dentre as inúmeras conquistas alcançadas, podemos lembrar as mais marcantes: 1) regularização e entrega de certificados de conclusão de curso que apresentavam pendências; 2) conclusão das atividades letivas das turmas do 3º ano do ensino médio regular e da EJA; 3) atualização do Projeto Político Pedagógico da escola a partir das diversas discussões/reflexões promovidas pela pesquisa; 4) inserção dos servidores da escola em processos formativos para

gestores e educadoras/es do campo; 5) restauração da composteira, do viveiro de mudas e da horta da escola; 6) reforma da quadra esportiva da escola; 7) regulamentação de toda a documentação que encontrava-se pendente; 8) conquista da autorização jurídica por parte da SRE para a abertura de novas turmas; 9) fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade Boa Vista.

Diante do exposto, foi possível verificar na prática que o mutirão não é simplesmente uma ação alternativa quando se falta o dinheiro para pagar pelos serviços. O mutirão nos mostrou ser uma práxis educativa com relevante potencial pedagógico e político, onde as pessoas aprenderam e ensinaram de forma livre e coletiva. O mutirão nos apresentou ainda a sua importante intencionalidade coletiva, que foi o fortalecimento da escola do povo do campo naquele momento crítico. Por ser um trabalho que não teve o dinheiro como centralidade, somente se dispuseram ao mutirão quem acredita no projeto da Educação do Campo, quem sabe o quanto é importante para emancipação do povo e que, por isso, precisa se fortalecer o quanto antes.

Consideramos diante disso, que pensar e promover processos de formação política popular enquanto trabalho coletivo e de base é umas das tarefas históricas que nos cabem, tanto como educadoras/es comprometidas/os com a emancipação da classe popular, como também sujeitos que constituem a classe trabalhadora. Vale destacar que diante das inúmeras contradições e injustiças sociais produzidas pelo capitalismo, não basta apenas que denunciemos as relações de opressão que caracterizam este sistema; assim como fizemos nos mutirões, é necessário anunciar e praticar outras formas possíveis de se esperançar e viver em sociedade, que sejam justas e humanas.

Esta forma de encarar a nossa realidade histórica acreditando na possibilidade de mudança é o que aprendemos com o nosso eterno Paulo Freire ao nos orientar que “a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, nosso sonho” (Freire, 2016, p. 77).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico. estado e pesquisa agropecuária no Brasil.** Rio de Janeiro: Polis, 1986.
- AMADOR, D. B. **Educação agroflorestal e a perspectiva pedagógica dos mutirões agroflorestais.** Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.
- AMEFA. **Associação Mineira Das Escolas Famílias Agrícolas** – AMEFA. 2022. Disponível em: <https://amefa.wordpress.com/>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- ARAUJO, M. N. R. **Apontamentos acerca da trajetória histórica da EJA no MST: desafios e possibilidades.** In: Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, 6. Anais. Teixeira de Freitas, Bahia: MST/Universidade Federal de Santa Catarina, novembro de 2008.
- ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: 2011.
- BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.
- BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE. T. (orgs). **Verbetes sobre os Instrumentos Pedagógicos nos CEFFAS,** In: AMEFA: Projeto /Pedagógico da EFA. Belo Horizonte: 2000.
- BONAMIGO, C. A. **Possibilidades de interlocução entre educação do campo e desenvolvimento regional.** In: ANPED SUL, Florianópolis, 2014. Anais... Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/118-1.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/118-1.pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.
- BRANDÃO, C.R. (1984). **A participação da pesquisa no trabalho popular.** In: Brandão, C.R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, p.223-252.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; Streck, Danilo Romeu (Org). (2006). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- CALDART, R. C. **A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária,** v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun. 2003.
- CALDART, R. C. **A escola do campo em movimento.** In ARROYO, M.G.; CALDART, R. S.; & MOLINA, M. C. (Orgs). Por uma Educação do Campo. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CALDART, R. S. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo.** Revista Trabalho Necessário, 2(2) (2004). Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.2i2.p3644>

CALDART, R. C. **Ser Educador do povo do Campo**, Porto Alegre - RS, 2002.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Mimeo, Porto Alegre – RS, 2015.

CASTRO, F.; BETTO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CATANI, A. M.; GUTIERREZ, G. L. **Participação e Gestão escolar: Conceitos e Potencialidades**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.) *Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

CERQUEIRA, M. C. de A.; SANTOS, Célia Regina Batista dos. **As Escolas Famílias Agrícolas, a Pedagogia da Alternância e o Caderno da Realidade**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2004/Marcia%20Cristina%20de%20A.%20Cerqueira%20e%20C%3%A9lia%20Regina%20B.%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2021.

COSTA, J. J. D. **Memórias dos 20 anos da Educação do Campo e PRONERA: Saberes e Culturas Camponesas Ocupando Universidades: O PRONERA e a Educação Superior**, Cidade Gráfica e Editora, Brasília, 2018.

CURY, C. R. J. **Gestão Democrática dos sistemas Públicos de Ensino**. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). *Gestão Educacional: Novos olhares Novas abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM LUCIANO, **a Proposta Pedagógica**, Catas Altas da Noruega - MG, 2014.

DANTAS, V. L.; LINHARES, A. M. B.; **Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**, Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília – DF, 2013.

FALS-BORDA, O. **Ciencia própria y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos** 1987, Carlos Valencia Editores, Bogotá.

FELICIANO, Vanessa Silva et al. **Educação do campo no contexto da pandemia da covid-19: ensino remoto emergencial (ere) enquanto estratégia de ensino**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). *Por uma educação no campo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 2-67.

FORTINI, R. M. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado de Minas Gerais: a partir dos dados do censo agropecuário 2017**. Viçosa, Minas Gerais: IPPDS, UFV, 2021.

FREIRE, P. **Escola primária para o Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.35, n. 82, p.15-33, abr./jun. 1961.

- FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, P. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. **O Trabalho como Princípio Educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores**. Caderno de Texto – 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral**. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- GABRIEL, N. M. **Mutirões para a gestão compartilhada de territórios**. NEXO. 17 de nov. 2023. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2023/11/17/os-mutiroes-para-a-gestao-compartilhada-de-territorios>.
- GERHARDT, TE; S., DT. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**; tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007.
- GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, J. G. de O. **Forma-ção no Plantio Solidário: A educabilidade do Mutirão**. Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD contínua 2019)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conhecaobrasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em 12 fev. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Ministério da Educação. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopsesestatisticas/educacao-basica>. Acesso em 22 fev. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Ministério da Educação. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopsesestatisticas/educacao-basica>. Acesso em 22 fev. 2022.

LÊNIN, V. I. **Tarefas da juventude na construção do socialismo**. In. In: A juventude e a revolução, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 16-17.

LOMBARDI, J. C.. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, 2010. Tese (Livre Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

LOPES, José Gabriel. B. **A Potencialidade Da Canção Popular Em Um Processo Educativo Do Campo**. Viçosa - MG, 2018.

MARQUES E. M. D. **Teatro do oprimido e educação popular do campo: articulações entre o pensamento e a obra de Paulo Freire e Augusto Boal, com uma experiência em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012. 188p.

MATTOS, M. R. **Brão: o canto de trabalho dos mutirões rurais de São Luiz do Paraitinga**. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 15, n. 2, p. 457-470, jul./dez. 2015.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 14.614, de 31 de março de 2003**. Institui o programa de apoio financeiro à Escola Família Agrícola do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2003.

MIRANDA, E.L. **Intercâmbios e diálogos entre educação do campo e Agroecologia**. Dissertação de Mestrado em Educação. Viçosa, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/35092/pdf>

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás- EFAGO**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

OLIVEIRA, Katia Lucena Alves de. **Política de Nucleação de Escolas do Meio Rural: Repercussões em Comunidades do Oeste Catarinense**. Programa de Pós-graduação em Educação, UNOESC, Joaçaba, 2018.

Oliveira, M. A. A., & Gomes, A. C. **Arte, cultura, religiosidade e identidade: o caminho da mística das EFAs do Sul e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol**. *Ágora*, 23(2), 144-164, Rio Grande do Sul, (2021).

PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM LUCIANO, Catas Altas da Noruega - MG, 2014.

QUEIROZ, J. B. **O Processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2007.

REGIMENTO ESCOLAR, ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM LUCIANO, A **Proposta Pedagógica**, Catas Altas da Noruega, 2013.

RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R. S. et all (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DA ROSA, D. S; CAETANO, M. R. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas.** Revista Colóquio, v. 6, n. 1-2, p. 21-34, 2008

SOUZA; M. A. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Educ. Soc. vol.29 no.105 Campinas Sept./Dec. 2008.

ZANELLI, F. V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos.** 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2015.

## APÊNDICES

### APENDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Entrevistadas/os:** integrantes do coletivo de educadoras/es ‘Amigos da EFA Dom Luciano’

Nome:

Idade:

Formação/trabalho:

#### PERGUNTAS

- 1- Como surgiu o coletivo de educadoras/es ‘Amigas/os da EFA Dom Luciano’?
- 1- O que motivou você a participar desse grupo?
- 2- Qual o objetivo central do coletivo?
- 3- Como esse grupo se organiza e se comunica?
- 4- Quais são as potencialidades do grupo?
- 5- Quais são as fragilidades?
- 6- Quais foram os problemas que levaram a EFA Dom Luciano ao risco de fechamento?
- 7- Como o grupo atuou até o momento para solucionar esses problemas?
- 8- Quais ações foram/estão sendo realizadas pelo grupo em prol do fortalecimento da escola?
- 10- Qual a importância do grupo para a revitalização da escola e vice versa?
- 11- O que o grupo espera da nova gestão da EFA Dom Luciano?
- 12- Como o grupo sonha com a EFA Dom Luciano no futuro?

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **“Escola Família Agrícola Dom Luciano: a potencialidade dos mutirões como processo formativo e movimento de resistência política na Educação do Campo”**. Essa pesquisa consiste em analisar e sistematizar o processo de organização de educadores/as na elaboração de estratégias de reestruturação da Escola Família Agrícola Dom Luciano frente a ameaça de fechamento. No desenvolvimento da pesquisa serão utilizadas técnicas de pesquisa participante, a fim de possibilitar a participação ativa e coletiva de todos os sujeitos envolvidos no processo. Diante disso, o (a) Sr.(a) poderá participar dos seguintes espaços de coleta e/ou produção de dados: a) grupo de educadores “Amigos (as) da EFA Dom Luciano”, que se reúne mensalmente com o intuito de planejar, desenvolver e avaliar ações coletivas para fortalecimento da Escola; b) entrevistas semiestruturadas (em que a (o) pesquisadora (o) organiza um roteiro sobre a temática a ser tratada, mas permite que os (as) entrevistados (as) falem livremente sobre os assuntos que vão surgindo a partir do tema principal. Esses espaços e métodos de constituição de dados terão a duração aproximada de uma hora e poderão causar algum desconforto em função do tempo que você deverá demandar para responder aos questionamentos. Além disso, poderão gerar incômodo em virtude de perguntas sobre narrativas pessoais. Desse modo, serão evitados questionamentos que possam constranger os participantes. A identidade do (a) Sr.(a) será mantida em sigilo e o nome ou o material que indique a sua participação não serão divulgados sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento, o que não acarretará qualquer problema para o (a) Sr.(a). A pesquisa não trará benefícios diretos aos participantes, como remuneração pela participação. Em relação aos benefícios indiretos, a pesquisa poderá possibilitar que os participantes vivenciem experiências de formação sobre os princípios práticos e teóricos da Educação do Campo, aprimorando as suas práticas pedagógicas. O (A) Sr. (a) poderá a qualquer momento solicitar novas informações sobre a pesquisa. O (A) Sr. (a) tem garantida a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio e/ou justificativas. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo (a) pesquisador (a) responsável, no “Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa” e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu \_\_\_\_\_,  
contato \_\_\_\_\_, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“Escola Família Agrícola Dom Luciano: a potencialidade dos mutirões como processo formativo e movimento de resistência política na Educação do Campo”**, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar.

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do (a) Participante

---

Assinatura da Pesquisadora

---

Assinatura da Pesquisadora

Pesquisadoras Responsáveis:

Carla Cardoso Nunes

Endereço: Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Viçosa

Telefone: (31) 3899-3327

Email: carla.nunes@ufv.br

Tatiana Pires Barrella

Endereço: Departamento de Educação. Universidade Federal de Viçosa

Telefone: (31) 98705-7686

Email: tatiana.barrella@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

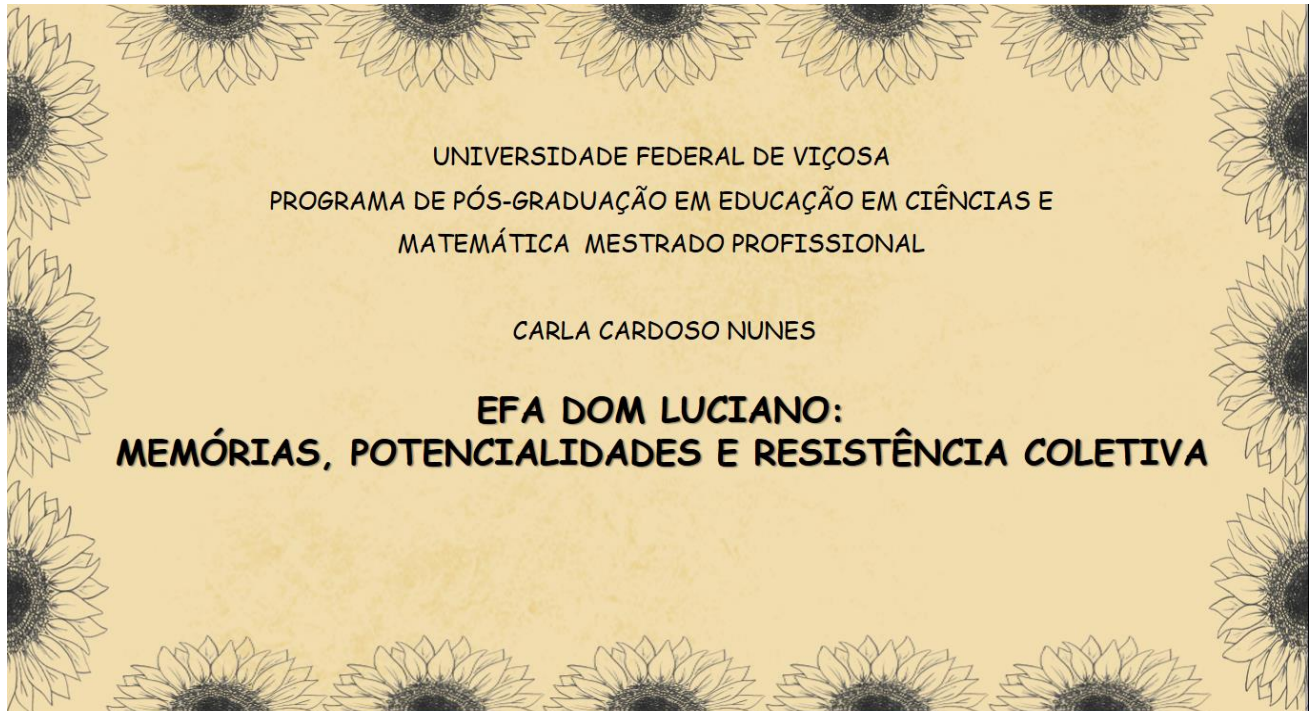
Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

**APÊNDICE C**  
**PRODUTO EDUCACIONAL**



**APRESENTAÇÃO**

Caras/os leitoras/es, o presente produto educacional faz parte da minha pesquisa de mestrado intitulada: **"ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM LUCIANO: A POTENCIALIDADE DOS MUTIRÕES COMO PROCESSO FORMATIVO E MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO"**. Trata-se de uma revista temática e informativa sobre o processo de revitalização da EFA Dom Luciano, em que registramos as memórias, fotografias, poesias, métodos populares e concepções de educação que constituíram as etapas importantes do nosso movimento de resistência coletiva. A revista apresenta ainda os sonhos e as aspirações marcantes das educadoras e educadores do campo rumo a construção de um novo projeto de educação, de campo e de sociedade. Nosso objetivo com a criação da revista foi registrar e disseminar os princípios da Educação do Campo, as potencialidades formativas dos mutirões e as informações importantes produzidas ao longo da nossa pesquisa participante. Acreditamos que este material poderá para auxiliar educadoras e educadores do campo em suas práticas de ensino, por apresentar propostas de metodologias participativas e práticas pedagógicas baseadas na Educação Popular. Nesse sentido, desejamos que possa contribuir para além das fronteiras da EFA Dom Luciano, sendo ferramenta de apoio e inspiração para educadoras/es dispostas/os a se comprometer com a luta pela educação emancipatória dos povos do campo. **Espero que gostem!**

## SUMÁRIO

I. EFA DOM LUCIANO.....	01
II POTENCIALIDADES DA EFADL: MEMÓRIAS DE ESTUDANTES.....	03
III. MUTIRÕES DE REVITALIZAÇÃO DA EFADL.....	07
IV. SONHOS E PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS DA EFADL.....	12
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	15

## I-EFA DOM LUCIANO

Escola de Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia.

Localizada na Comunidade Boa Vista, zona rural de Catas Altas da Noruega - MG.

Possui turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio regular e EJA (anos finais)

Por meio da Pedagogia da Alternância, busca possibilitar a formação integral da/o educanda/o, necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades no campo profissional, cultural e social, para que possa realizar bem o seu projeto de vida e contribuir com a melhoria do meio social em que vive, fortalecendo a Agricultura Familiar.



A proposta pedagógica da EFA Dom Luciano é diferenciada das escolas rurais. Ela traduz os princípios e as diretrizes pedagógicas da Educação do Campo, aprovadas e assumidas pela instituição de ensino como sua missão, abrangendo seu corpo docente, técnico, administrativo, bem como a Associação de pais e agricultores, a fim de desenvolver por meio da Pedagogia da Alternância a educação emancipatória da classe trabalhadora camponesa.

Vale destacar que a escola foi instituída com a finalidade de priorizar a formação humana, técnica, política e cultural da juventude do campo, tendo como principal instrumento formativo a Pedagogia da Alternância, que envolve períodos letivos vivenciados no meio familiar sócio-profissional, possibilitando o vínculo e a interação formativa da escola com a família, com comunidade e com o trabalho como princípio educativo.



Trabalho desenvolvido pelas/os estudantes.

2

POTENCIALIDADES DA EFADL: MEMÓRIAS DE ESTUDANTES

POTENCIALIDADES DA EFADL: MEMÓRIAS DE ESTUDANTES

3

**Eu e a EFA**

Maxuel Silva  
DOM LUCIANO

Tudo começou em uma pequena casa no campo, onde todo mundo trabalha. Por todos plantar, cuidar e colher o que cozinhar.

Nosso cozinheiro tinha vários produtos: feijão, legumes e frutas. Tinha alface, laranja e banana. Tudo que tem no caso de quem ama.

Como assim quem ama? Eu não quem ama o que planta.

Na família já existia várias lutas, lutas simplesmente por coisas justas. Explicar...

Eis que veio a EFA. Mas que EFA? A EFA Dom Luciano. Que com todas as dificuldades ainda sim era um encanto.

Se na EFA de todas as formas, era se alegrar. Na semana de adaptação se chamavam de irmãos quem ainda pouco conhecia. E como não falar de metodologia?

Na sala de aula todo mundo sentava em roda. Onde os conteúdos eram passados como uma bela prosa. Já cantino as tias cozinhavam com muito carinho. Onde vários alimentos saem do hortos fresquinhos.

Essa escola sempre valoriza as pessoas do campo. Onde a agroecologia e alternância estão presentes em todos os cantos.

EMPRESA    AGRICULTURA    ESCOLA    FAMILIA    COMUNIDADE    HISTÓRIAS

Ai eu me pergunto? O quearei essas experiências e formas?

Apreendi que no lado não importa com, cabelo ou religião. Pois um lado todos devem ser tratados com o coração.

E por aqui uma dispersão com alegria. Por na EFA ter adquirido muita sabedoria. E como todos dizem...

Viva a agroecologia!!!  
Por que se o campo não planta. A cidade não janta.

4

1 / 1

**1. Que diga da CFA?**

Vamos começar pela vida. Quando fui comer, dada a parte da minha vida em uma escola de uma cidade 1 hora de onde eu morava, fiquei apaixonada, pois seria uma experiência e toda, na qual eu não imagina. Já passava 3 longos anos da minha vida. Já passava esses anos de estudo e muito trabalho, mas não no profissional, mas da vida em si, a CFA me proporcionou várias aprendizagens: convivência social com vários pontos de vários lugares diferentes, empatia, aprender a conviver com as diferenças de cada um, trabalhar em equipe, e principalmente a vida no campo.

Comprei com todas aquelas pessoas, o que eu tornando um bloquinho como eu estivessemos um casa. Com nossa rotina da família, isso não teria que ser, pois cada um que ali se passou tem seu histórico fora da escola Família Agrícola - a tudo tem!

Tem tudo isso mais de coisas, temos também dias de saídas.

1 / 1

da família que estava em casa nos esperando, tivemos também dias de conflitos com os colegas e professores. Mas era questão de adaptação, que se de acostumando ao longo de 3 anos. Foram dias difíceis no começo, ter que se adaptar 15 dias no instituto e 15 dias em casa. Mas eu sei que no final, saíramos com aprendizagem além da qual não imaginamos. De alguma forma isso me trouxe muita bagagem para a vida.

Além de tudo isso, também tivemos ensinados as várias formas da vida no campo, tivemos professores incríveis, que se dispõem a compartilhar seus conhecimentos, seja os professores que sempre se dispõem a nos ajudar.

Hoje, eu olho para trás e vejo o quanto foi significativo passar por essa etapa da vida que eu escolhi.

É e sempre será uma história de muita alegria! Agradeço a todos que estiveram presentes nessa história, não

5



me aceitando de tudo em que me  
 val, pois tudo que passamos na vida,  
 sempre é e sempre será, aprendizagem.  
 Não tem o que se queira, o caminho da vida é  
 campo, mas tudo que aprende com essa  
 vida social, me fez, também, uma pessoa  
 mais madura para enfrentar qual caminho  
 quiser. E com muito prazer, estou a favor  
 da Psicologia, que também é uma das  
 áreas mais que me se percebe no mun-  
 do da forma que de é, de uma maneira  
 que diz que tudo é uma aprendizagem de  
 forma positiva.

E com muita satisfação que escrevo uma  
 parte dos momentos da minha vida, espero  
 que qualquer pessoa que passar por  
 uma experiência, conte de uma forma  
 motivadora também.

Kissá Guarnia  
 04 de outubro de 2022



Notícia escrita logo abaixo 04/10/2022

"A Efa Dom Luciano, continua para o meu  
 crescimento, mesmo por muito pouco tempo,  
 me fez aprender coisas novas, aperfeiçoar meus  
 conhecimentos, com meus monitores cada um  
 com sua história, meu jeito de ensinar,  
 para aprendamos de maneira fácil e rápida.  
 Lá eu aprendi os cuidados com os animais e  
 plantas, como cuidar e cuidar com eles.  
 "Depois a cada monitor, pelo seu ensinamento, pelo  
 carinho, paciência de cada um que cada um de alguma  
 forma contribui para o meu crescimento profissional  
 e pessoal, está extremamente feliz!" 😊 😊 😊

"Depois os dias da semana, pelo carinho e cuidado  
 que recebem os amigos todos os dias que eu  
 me sinto bem, estava triste e pelos momentos  
 de toda semana, pelos momentos como fosse minha  
 mãe, Graciela! 😊 😊 😊

Desconhecidos pela escola, nos dias de trabalho,  
 em aulas de música, teatro, dança, etc.  
 Graciela! 😊 😊 😊

Em Especial, faz o meu agradecimento ao trabalho  
 para ajudar a todos quando estava muito cansado,  
 sempre ajudando, faz o meu lado, me ajuda  
 quando que estou com meu lado, me ajuda  
 minha na escola, para que eu possa chegar a  
 esse momento feliz, por isso de alegria que  
 tem comigo."

### III MUTIRÕES DE REVITALIZAÇÃO DA EFADL

Desde a sua fundação em 2012, a EFA Dom Luciano vem enfrentando diversos desafios pedagógicos, financeiros e organizativos, tais como a falta de recursos para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, a falta de compromisso de sua direção, o atraso no pagamento dos monitores e documentações pendentes na Superintendência Regional de Ensino. O agravamento de tais problemas/desafios fez com que a escola chegasse a uma situação difícil e complicada em 2021, correndo o risco de ter que finalizar suas atividades e fechar as portas. Diante de tal problemática, foram realizados diversos mutirões em prol da sua revitalização, que consolidaram um relevante movimento formativo e de resistência política na Educação do Campo.

## POTENCIALIDADES DOS MUTIRÕES



Ao longo dos mutirões foram vivenciados métodos de conduta e problematizadores da realidade, como a mística, a oralidade, a divisão de tarefas, as partilhas de alimentos e de saberes nos momentos das refeições, o contato direto com o território da escola e a visão sistêmica de suas instalações e tecnologias sociais, o trabalho em equipe, a escuta profunda e a noite cultural. Verificou-se que tais métodos estimularam o protagonismo e a organização popular; promoveram a articulação entre teoria e prática e oportunizaram a interação entre os saberes populares, científicos, políticos e culturais acumulados pelos diversos sujeitos que participaram das ações.



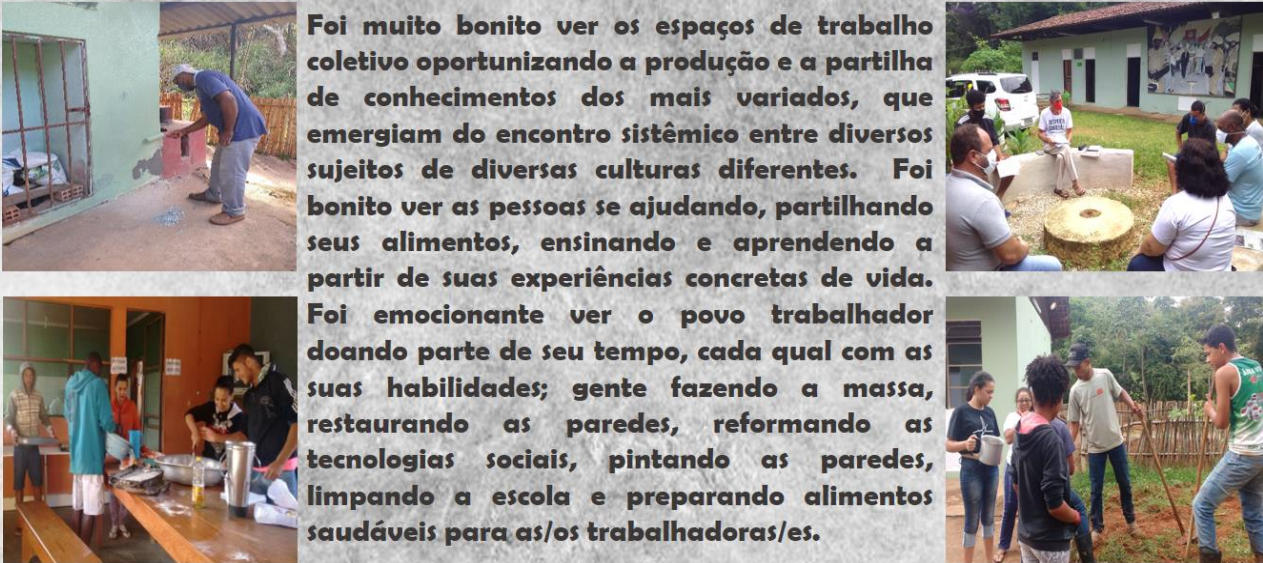
8



Verificou-se ainda, em alguns momentos, a tomada de consciência por parte dos sujeitos quanto às relações de opressão que envolvem o trabalho na sociedade capitalista, como a divisão injusta das tarefas entre homens e mulheres e a apropriação privada do trabalho coletivo. Nesse sentido, os mutirões oportunizaram e estimularam a prática de um trabalho justo, humano e emancipatório, em que tanto a produção quanto a apropriação são coletivas e para o bem comum: a revitalização de uma escola aberta à todas/os que quiserem se comprometer com um novo projeto de campo e de sociedade.



9



**Foi muito bonito ver os espaços de trabalho coletivo oportunizando a produção e a partilha de conhecimentos dos mais variados, que emergiam do encontro sistêmico entre diversos sujeitos de diversas culturas diferentes. Foi bonito ver as pessoas se ajudando, partilhando seus alimentos, ensinando e aprendendo a partir de suas experiências concretas de vida. Foi emocionante ver o povo trabalhador doando parte de seu tempo, cada qual com as suas habilidades; gente fazendo a massa, restaurando as paredes, reformando as tecnologias sociais, pintando as paredes, limpando a escola e preparando alimentos saudáveis para as/os trabalhadoras/es.**

**10**

#### IV. SONHOS E PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS DA EFADL

<p>“Que a maioria dos estudantes que entrarem nessa escola se transformem em bons profissionais influenciadores no sentido positivo da realidade do campo, que carece de mais atenção e investimento”.</p>
<p>“O campo está tendo um êxodo grande, e eu espero que a escola continue ajudando a resgatar esses jovens para eles não irem para a cidade”.</p>
<p>“Temos que lutar pra mostrar aos nossos jovens que sem o campo a cidade não vive. E que a área rural é tão importante quanto a urbana”.</p>
<p>“Precisamos divulgar melhor o projeto EFA na região, acho que está faltando isso ali no entorno da EFA Dom Luciano”.</p>
<p>“Penso que o caminho é a escola continuar fortalecendo o seu vínculo com a comunidade sabe, abrindo as portas para as celebrações do povo, para as reuniões de assistência social e serviços de saúde. O povo precisa entender que a escola faz parte da comunidade e não é um corpo estranho”.</p>
<p>“Manter um bom diálogo com a superintendência é importante, a EFA precisa manter a documentação em dia para ter credibilidade, para poder tirar qualquer dúvida, sem nenhum receio e ser bem acolhida”.</p>
<p>“Para mim, o que importa é a escola continuar formando jovens responsáveis, ensinando tarefas básicas do dia a dia, como limpar a casa, fazer uma horta, produzir um adubo”.</p>
<p>“Essa escola tem um valor muito grande por estar localizado na comunidade e ser do campo e também por projetar os nossos jovens para uma responsabilidade que eles vão ter para o resto da vida. Essa escola foi muito importante para meu filho”.</p>
<p>“Sobre a divulgação para atrair novos estudantes, é necessário que a escola mostre aos nossos filhos de agricultores que a educação do campo fala da realidade deles, e que eles não estão desvinculados dessa realidade”.</p>
<p>“Penso que precisamos manter os mutirões sabe, os desafios da EFA sempre foram superados através de muito diálogo e trabalho coletivo”.</p>
<p>“Precisamos manter os mutirões, procurar formações e procurar construir novamente com o povo a importância da escola do campo para as comunidades e para a agricultura familiar”.</p>
<p>“Espero que a nova gestão da EFA seja mais democrática e aberta ao diálogo, deve ouvir as pessoas, que ela tenha sobretudo mais transparência, que é uma questão que faltou na gestão anterior”.</p>
<p>“Sonhamos com uma EFA mais fortalecida e mais próxima da sua comunidade, que ela possa fortalecer seus laços com outros parceiros, com os movimentos sociais do campo e com outras EFA's”.</p>

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonhamos com uma EFA Dom Luciano que consiga ofertar uma educação emancipatória e de qualidade para o nosso povo; e que possa ser uma referência para outras escolas que queiram se comprometer com Educação do Campo; disseminando os saberes da Agroecologia, praticando os mutirões de trabalho socializado e discutindo diversas questões da realidade concreta do povo que são importantes para a construção de uma sociedade justa e mais humana para todas/os.

Consideramos diante disso, que pensar e promover processos de formação política popular enquanto trabalho coletivo e de base é umas das tarefas históricas que nos cabem, tanto como educadoras/es comprometidas/os com a emancipação da classe popular, como também sujeitos que constituem a classe trabalhadora. Vale destacar que diante das inúmeras contradições e injustiças sociais produzidas pelo capitalismo, não basta apenas que denunciemos as relações de opressão que caracterizam este sistema; assim como fizemos nos mutirões, é necessário anunciar e praticar outras formas possíveis de se esperar e viver em sociedade, que sejam justas e humanas.

12

*Tentaram nos enterrar, mas esqueceram que éramos sementes!*



13